

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CHARLES BORTOLUZZI

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/SC NO
PERÍODO DE 1990-2022: FOCO NA DISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA SETORIAL**

CRICIÚMA

2024

CHARLES BORTOLUZZI

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/SC NO
PERÍODO DE 1990-2022: FOCO NA DISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA SETORIAL**

Projeto de pesquisa elaborado como cumprimento da disciplina de Monografia I, do curso do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador/a: Prof. Dr Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2024

CHARLES BORTOLUZZI

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL NO PERÍODO
DE 1990-2022: FOCO NA DISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA SETORIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Economia, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 25 de Junho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam – (UNESC) – Orientador

Prof. Dra. Danieli Cristina de Souza – (UNESC)

Prof. Dr. Max Richard Coelho Verginio – (UNESC)

Dedico este trabalho a toda a população sul cocalense, que tais informações contribuam para o contínuo desenvolvimento da cidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer um agradecimento especial a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a conclusão do meu trabalho de conclusão de curso. Primeiramente, quero agradecer à minha noiva, que esteve ao meu lado durante todo o processo, me incentivando e me apoiando nos momentos de desafio.

Também não posso deixar de agradecer ao meu orientador, que dedicou seu tempo e conhecimento para me guiar e me auxiliar na construção do trabalho. Sua orientação foi fundamental para o sucesso deste projeto.

Agradeço também ao meu professor de monografia, que sempre esteve disponível para esclarecer minhas dúvidas e me dar feedbacks construtivos. Sua experiência e sabedoria foram essenciais para o desenvolvimento do meu trabalho.

Quero expressar minha gratidão aos meus colegas de turma e amigos, que compartilharam comigo suas ideias e experiências, enriquecendo ainda mais o meu trabalho. Suas contribuições foram valiosas e fundamentais para o resultado final.

E, por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram a buscar meus objetivos. Sem o apoio e amor incondicional deles, eu não teria conseguido chegar até aqui.

RESUMO

O processo de migração está diretamente relacionado ao conceito de desenvolvimento socioeconômico, já que o indivíduo imigrante, ao deslocar-se para outra região, busca por melhores condições na qualidade de vida e renda. O método utilizado para verificação do desenvolvimento socioeconômico de uma região é por meio da análise dos indicadores sociais e econômicos. O presente trabalho teve como objetivo analisar os indicadores socioeconômicos do município de Cocal do Sul no período de 1990 a 2022, verificando o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, bem como na participação por setores na economia. A metodologia utilizada foi descritiva, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, servindo de base para as análises quantitativas e qualitativas dos dados. As informações foram coletadas de fontes como IBGE, MTE, RAIS, ATLAS e DATASUS, específicas para demonstrar a estrutura demográfica, saúde, educação e a estrutura socioeconômica do município. Os resultados obtidos indicaram uma evolução positiva nos indicadores econômicos e socioeconômicos analisados, principalmente impulsionados pelo setor industrial. No entanto, também foram identificados desafios a serem enfrentados, como altas taxas de mortalidade por doenças relacionadas ao sistema circulatório e neoplasias, déficit no saneamento básico e na preservação ambiental, falta de infraestrutura cultural e baixa participação da população nos pleitos eleitorais. Portanto, é fundamental que medidas sejam adotadas para superar tais obstáculos e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável no município de Cocal do Sul.

Palavras-chave: Cocal do sul; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Socioeconômico; Análise dos Indicadores; Setores Econômicos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região da AMREC.....	45
Figura 2 - Curva de Lorenz	56
Figura 3 - Formula de calculo do Ideb.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura demográfica do município de Cocal do Sul e AMREC (2022). .44	44
Tabela 2 - Evolução da população total do município de Cocal do sul, Amrec e Santa Catarina nos Censos de 1991, 2000, 2010 e 2022.45	45
Tabela 3 - Distribuição da população total por sexo e situação de domicílio de Cocal do Sul, censos de 1991, 2000, 2010 e 2022.46	46
Tabela 4 - Percentual da população de Cocal do Sul atendida pelo sistema de saneamento básico para o ano de 2022.47	47
Tabela 5 - Distribuição da população por faixa de idade, município de Cocal do Sul, censo 2022.....49	49
Tabela 6 - Análise da distribuição de renda e pobreza no município de Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil nos Censos de 1991, 2000 e 201057	57
Tabela 7 - Taxa de analfabetismo Cocal do Sul e região, Censo de 1991, 2000 e 201061	61
Tabela 8 - Série histórica do IDEB para Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil, período 2007 á 202163	63
Tabela 9 - Taxa de mortalidade infantil em Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil (1996-2022).....65	65
Tabela 10 - Produto Interno Bruto a preços correntes de Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil período 2002-2021 (valores em milhões de R\$)69	69
Tabela 11 - Valor Adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica em Cocal do Sul (2002-2021)70	70
Tabela 12 - Valores em Dólares Americanos referente à exportação de produtos produzidos em domicílio fiscal em Cocal do Sul (2000-2023)71	71
Tabela 13 - Principais produtos exportados de Cocal do Sul em 202373	73
Tabela 14 - Numero de empregos formais por grande setor IBGE para Cocal do Sul (1995-2022).....74	74
Tabela 15 - Número de empregos de Cocal do Sul segundo CNAE 2.076	76
Tabela 16 - Número de empregos por renda média mensal em salários mínimos (1995-2022).....77	77
Tabela 17 - Remuneração média mensal por grandes setores IBGE (2002-2012)...78	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CID Classificação Internacional de Doenças
CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas
ESF Estratégia de Saúde da Família
FECAM Federação Catarinense dos Municípios
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB Índice de Desempenho da Educação Básica
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDMS Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISS Imposto Sobre Serviços
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PIB Produto Interno Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIDEMS Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal
SIM Sistema de informações sobre Mortalidade
SUS Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	22
2.1.1	Crescimento e desenvolvimento socioeconômico: Aspectos conceituais	24
2.1.2	Desenvolvimento e subdesenvolvimento: Celso Furtado	31
2.1.3	Produto interno bruto (PIB)	35
2.1.4	Índice de desenvolvimento humano (IDH)	37
2.1.5	Divisão por setores da economia	39
3	METODOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA. ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1	INTRODUÇÃO AO MUNICÍPIO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA...	41
4.2	ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA	44
4.3	EDUCAÇÃO	60
4.4	SÁUDE.....	63
4.5	ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	68
5	CONCLUSÃO	80
6	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

A identificação de uma cidade com bons indicadores socioeconômicos é tema de discussão e objetivo por grande parte da população, sendo responsável ao longo dos anos por gerar um movimento de migração em busca por melhores condições de vida. Golgher (2004) define o processo de migração como o deslocamento de pessoas de uma determinada região para outra, englobando mudanças em municípios, estados e até para diferentes países. Ferrari (2005) destaca que o processo de migração está fortemente relacionado ao processo de expansão do capitalismo, já que a industrialização se deu de forma desigual concentrando-se nos centros urbanos, e a estrutura fundiária por concentrar a posse da terra em grandes latifundiários expulsando assim os pequenos produtores rurais para a cidade. Conte (2004) destaca que os principais motivos para o processo de migração estão relacionados principalmente por motivos de segurança, como guerras, perseguição política, violência, e desastres naturais, e também por motivos econômicos, como melhores oportunidades de emprego e de condições de vida.

O processo de migração está diretamente relacionado ao conceito de desenvolvimento socioeconômico, já que o indivíduo imigrante, ao deslocar-se para outra região, busca por melhores condições na qualidade de vida e renda, características que descreve parte do processo de imigração para países europeus durante o século XXI (BRZOZOWSKI, 2012). Mas afinal, o que seria desenvolvimento socioeconômico? Segundo Tomazzoni (2017) o desenvolvimento socioeconômico é um conceito abrangente e interdisciplinar, pois ele não implica apenas no sentido econômico, mas envolvem também os campos humanísticos, culturais, políticos e ambientais, em que ambos os conceitos convirjam para o bem-estar e da qualidade de vida do indivíduo em sociedade.

O método utilizado para verificação do desenvolvimento socioeconômico de uma região é por meio da análise de indicadores sociais e econômicos. Sandroni (2016) explica que os indicadores são o procedimento estatístico que tem como objetivo quantificar o grau de bem-estar ou qualidade de vida de uma população. Neste sentido, destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Criado em 1965 pela Organização das Nações Unidas

(ONU), O PNUD atua em mais de 170 países, e tem como principais funções a criação de base de dados e indicadores, o desenvolvimento e a implantação de projetos de cooperação técnica em parcerias com instituições nacionais, de promover a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país (PNUD, 2024).

A análise dos indicadores socioeconômicos de uma região é importante para a população e para economia, pois seus dados são freqüentemente utilizados por acadêmicos, gestores públicos, empresários e pela população em geral (ALMEIDA, 2011). De acordo com Jannuzzi (2004), no âmbito acadêmico, o indicador é o que une os modelos e as teorias sociais as evidências empíricas sobre o tema. Já para o governo e pela população, o indicador é instrumento de acompanhamento da realidade social e auxilia na elaboração de políticas públicas, já para os empresários o papel dos indicadores é auxiliar na identificação de riscos e oportunidades, e no planejamento estratégico.

Os indicadores socioeconômicos, derivado da junção de aspectos econômicos e sociais, são dados estatísticos que representam características básicas (JANNUZZI, 2004). Entre os exemplos de indicadores estão, nível de escolaridade, renda média per capita, taxa de desemprego, índice de desenvolvimento humano (IDH), Produto interno Bruto (PIB), entre outros (IPECE, 2010). Segundo Moldau (1998, p. 70), “os indicadores econômicos e sociais têm a finalidade principal de permitir a avaliação da situação e evolução de uma comunidade em seus vários aspectos”. Já Jannuzzi (2004) complementa, dizendo que os indicadores socioeconômicos são instrumentos que evidenciam as demandas básicas da sociedade, e permitem o planejamento social e a formulação de políticas públicas. Com base na contribuição de Jannuzzi sob o tema, fica evidente a preocupação dos agentes políticos (prefeitos, vereadores, deputados etc.) quanto aos indicadores socioeconômicos, pois servem como base para o planejamento e execução das políticas públicas.

Dentre os principais índices econômicos brasileiros, o índice de atividade econômica que representa os setores da economia (primário, secundário e terciário)

tem gerado bastante discussão, já que segundo dados do IBGE (2022), o setor primário e secundário compostos pelos setores agropecuários e industriais vem perdendo força década após década para o setor terciário (Comércio e serviços), indicando uma mudança na matriz produtiva brasileira e uma maior predominância de uma atividade econômica no Brasil frente às outras. Citando como exemplo 1970 (IBGE, 2022), a composição do PIB era dividida em 12,35 % primário, 38,30% secundário e 56,22% para o setor terciário, sendo o setor industrial o que mais crescia desde 1950, influenciado principalmente pelas políticas de investimento industrial elaboradas pelo governo federal, porém desde a década de 90, o movimento foi retração desses dois setores e o fortalecimento do setor de comércio/serviços.

Este crescimento do setor terciário frente aos outros setores é resultado do cenário geral da economia brasileira, ou seja, uma média das regiões brasileiras, portanto, o retrato observado pode ser diferente para cada estado, assim como também diferente em cada cidade, como por exemplo, Cocal do sul, Itajaí e Criciúma apresentam características econômicas e de formação diferentes, não refletindo necessariamente o retrato global brasileiro.

A pesquisa deste trabalho de Conclusão de Curso busca analisar os indicadores econômicos e sociais do município de cocal do sul/SC no período de 1990 a 2022, verificando se ao longo do tempo houve melhora nos indicadores socioeconômicos, bem como detalhar a participação por atividade setorial na economia de Cocal do Sul.

Dado o contexto e com base nas informações expostas, encontra-se o seguinte problema de pesquisa: **Como se comportaram os indicadores socioeconômicos do município de Cocal do Sul no período entre 1990 a 2022? E em especial na participação por setor na economia?**

O objetivo geral deste trabalho é analisar os indicadores socioeconômicos do Município de Cocal do Sul no período entre 1990 e 2022, a fim de avaliar se houve crescimento e desenvolvimento socioeconômico, e examinar a economia com base na participação por setores. Já os objetivos específicos são os seguintes: (I) Apresentar e descrever os principais indicadores econômicos e sociais do município, (II) Avaliar se houve crescimento ou desenvolvimento no município com base nos

indicadores, (III) Comparar os dados obtidos do município com dados referentes ao Estado e ao País, e (IV) Identificar as atividades produtivas que mais contribuem em termos de emprego e renda no município.

O estado de Santa Catarina fica localizado na região sul brasileira, com extensão territorial de apenas 95,7 mil km² e fazendo fronteira com o estado de Paraná e Rio Grande do Sul, sendo também o menor em extensão comparado aos seus estados vizinhos (IBGE, 2024). Com população estimada de 7.338 milhões de habitantes, distribuídos em 295 municípios, sendo cada município único, apresentando diferenças no seu clima, cultura, paisagem, e principalmente econômicas. (IBGE, 2021).

A escolha da cidade de Cocal do sul – Santa Catarina se dá ao fato de minha família, assim como eu, ser residente do município há mais de 15 anos, e ambos também trabalharmos no município. Outro motivo para escolha de Cocal do Sul se deve ao fato de que o crescimento industrial do município está fortemente associado ao setor cerâmico (PREFEITURA de COCAL DO SUL, 2018), representado pela Mohawk Revestimentos Cerâmicos Cocal do Sul (antiga Eliane Revestimentos Cerâmico), fundada em 1960 e com 6 diferentes unidades de produção no Brasil, presente em mais de 80 países e com produção de mais de 40 milhões de m² de revestimentos em 2021 (ELIANE, 2021), sendo também a atividade de fabricação de pisos e azulejos a que mais emprega na cidade, responsável por empregar cerca de 30% da população em 2022 (RAIS, 2022), além da atividade industrial ser responsável sozinha por cerca de 37% do PIB municipal para 2021 (IBGE 2021). Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer, 2022) o Brasil é um dos principais protagonistas mundiais no mercado cerâmico, sendo o terceiro maior produtor, o terceiro maior mercado consumidor e o sexto no ranking das exportações em 2022, com vendas para mais de 110 países. Com uma população relativamente pequena, cerca de 17.240 habitantes segundo IBGE (2022), torna-se interessante saber como se comportou os indicadores econômicos e sociais do município, impactados principalmente pelo crescimento desse setor.

O presente trabalho se justifica por ser um assunto de extrema relevância, já que seu estudo abrange dados econômicos e sociais que impactam diretamente

na vida da população e nos agentes econômicos do município conforme frisado anteriormente por Jannuzzi (2004). Por meio da análise dos indicadores, tais como: IDHM, IDMS, Índice de Gini, PIB entre outros, é possível mensurar o desenvolvimento socioeconômico de uma região, assim como identificar os principais pontos que precisam ser corrigidos, servindo de base para a fundamentação de políticas públicas. O estudo procura também comparar o desenvolvimento municipal da cidade frente à média estadual e nacional, podendo assim o residente migrar para regiões mais favoráveis.

Em relação à metodologia do trabalho, a pesquisa realizada tem caráter descritivo, que é definido por Gil (2008, p. 28), como “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Já em relação aos meios de investigação os dados obtidos foram coletados primeiramente por meio bibliográfico, fundamentado nas obras de autores clássicos, a fim de descrever as teorias de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Gil (2008) define a pesquisa bibliográfica como “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Gil (2002) avalia que, a grande vantagem da pesquisa bibliográfica está em permitir ao pesquisador o acesso a um número muito maior de dados do que poderia ser pesquisado diretamente.

Caracteriza-se também por meio de uma pesquisa documental. Gil (1996) define a pesquisa documental como a pesquisa realizada em documentos. A Pesquisa documental foi realizada principalmente por meio das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), da Relação Anual de informações sociais (RAIS), bases de dados da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, Atlas do Desenvolvimento Humano, DATASUS, Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM), O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM).

A coleta e análise dos dados seguiu um cunho misto, ou seja, utilizou tanto de métodos quantitativos quanto qualitativos para a pesquisa. Tashakkori e Creswell (2007) definem a pesquisa de método misto sendo aquele na qual o pesquisador

coleta e analisa os dados ou achados usando abordagens quantitativas e qualitativas em um único estudo ou programa de investigação. A pesquisa apresenta características quantitativas, pois envolve a coleta e análise de dados numéricos referente ao município, estado e o país, tais como indicadores econômicos: PIB, renda per capita, faixa salarial, exportação, entre outros. Tais informações foram obtidas a partir da consulta em fontes oficiais, como IBGE, Comex, RAIS entre outros, permitindo por meio da abordagem quantitativa analisar o crescimento no município. Ao mesmo tempo, a pesquisa inclui uma abordagem qualitativa, que envolve a análise de dados que descrevem características da população, como crescimento populacional, taxa de mortalidade, taxa de analfabetismo e Índice de Gini. Esses dados qualitativos, obtidos a partir de consultas em bases oficiais como IBGE, DATASUS e Fecam, fornecem uma compreensão detalhada e contextualizada das condições socioeconômicas do município.

Por meio do IBGE censo demográfico (1991-2022), foram extraídos dados referentes à população de Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil, tais como: população total, distribuição por sexo e residência, faixa etária, densidade demográfica, percentual de atendimento ao saneamento básico, taxa de analfabetismo, entre outros.

Já em relação ao IBGE Cidades (2002-2021) foram extraídos dados referentes à atividade econômica exercida no município, tais como PIB e PIB per capita, valor adicionado bruto por atividade econômica, todos a preços correntes, permitindo a comparação dos valores ao longo do período.

Na base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, foram consultados dados referentes ao IDH e o IDH, Índice de Gini, renda per capita, porcentagem de população considerada pobre, em estado vulnerável e extremamente pobres, sendo todos os dados elaborados com base no censo demográfico (1991-2010).

Base de dados DATASUS, elaborado com base nos dados do Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM), foram extraídos dados referentes a mortalidade infantil, número de nascimentos, número de óbitos infantis e totais, assim como os principais CIDs-10 das mortes, no período de (1996-2022).

Já com base nos relatórios da Federação de Consórcios, Associações de

Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM), foram extraídos os dados referentes ao IDMS de Cocal do Sul e região, para o período de 2012 a 2020, assim como os principais pontos que precisam ser corrigidos.

Na base de dados do COMEX stat, que integra os dados referente ao comércio exterior, foram coletadas informações referentes a exportação total medida em dólares americanos feitos anualmente no município, assim como também os principais produtos exportados, para o período de 2000 a 2023.

Por fim na base de dados do RAIS, que integra os dados do Ministério do Trabalho, foram consultadas informações referentes ao emprego (1995-2022), tais como: número de empregos formais, empregos por setor, faixa de remuneração média mensal (total e por setor) e faixa de remuneração média em salários-mínimos (total e por setor).

Após efetuada a coleta dos dados, foi realizado o agrupamento das informações utilizando planilhas no Excel. Esse agrupamento possibilitou uma visualização mais clara em relação às informações, permitindo assim a comparação dos dados entre diferentes anos e permitindo a análise quanto a melhoria ou degradação dos indicadores apresentados. A sistematização dos dados contribui ainda para uma maior organização, interpretação e manipulação dos dados, sendo possível a realização de cálculos como média, variação e porcentagem.

A estrutura do trabalho apresentado conta com, além de introdução e da conclusão, um capítulo de fundamentação teórica e um de apresentação e análise dos dados. No capítulo de fundamentação teórica, foram explicados os principais indicadores e a sua função que serão utilizados no trabalho, além de discutir os conceitos de crescimento e desenvolvimento que foram se formando ao longo do tempo. Já no capítulo de apresentação e análise dos dados, para o alcance dos objetivos geral e específicos, foram trazidos os dados qualitativos e quantitativos referentes a população e a economia municipal, permitindo a análise dos indicadores em relação aos anos anteriores, e em comparação ao estado e o país. Neste capítulo também, além dos demais dados econômicos e sociais, será verificado também como se comportou a produção por setores do município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No atual capítulo será apresentada toda fundamentação teórica desta pesquisa, que tem como principal objetivo fazer uma análise dos indicadores socioeconômicos e setorial do município de Cocal do Sul no período de 1990-2022.

2.1 PROCESSO DE MIGRAÇÃO

Conforme mencionado anteriormente na introdução, a definição da palavra “migrar” segundo o dicionário Aurélio (2008 p. 554) significa mudar-se ou locomover-se de um país ou de região para outra. Golgher (2004) complementa em mesma linha, definindo o processo de migração como o deslocamento de pessoas de uma determinada região para outra, englobando mudanças em municípios, estados e para diferentes países. A partir dessa definição a migração pode ser entendido como um ato que ocorre desde o início da história, quando os homens nômades se deslocavam de uma região a outra, em busca de sua sobrevivência (GOTTARDI, 2015). Entre os autores clássicos pioneiros a tratar sob o tema de migração destaca-se o alemão-inglês Ernst Georg Ravenstein, sendo um dos primeiros autores a formalizar uma teoria explicativa e caracterizadora dos movimentos migratórios (GONÇALVES, 2009). No seu estudo sobre as migrações internas ocorridas na Grã-Bretanha, Ravenstein enumera uma serie de leis empíricas que explicam o processo de mobilidade populacional, apresentadas em seu estudo de 1885 chamados “leis de migração”, das quais são apresentadas do seguinte modo:

1 – Migração e Distância – A maioria dos migrantes deslocam-se para curtas distâncias e os que se deslocam para mais longe preferem fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria.

2 – Migração por etapas – O processo de atração de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pela periferia e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso ao de atração.

3 – Correntes e contracorrentes – Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensadora; os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta, ou seja, para todo o grupo de migrantes que se deslocasse em determinada direção (corrente) existiria um movimento na direção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de regresso.

4 – Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a emigração – A população rural é mais propensa a migrar do que a urbana.

5 – Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância.

6- Relação da tecnologia com as migrações – O desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio induzem o aumento dos fluxos migratórios.

7 – Motivos econômicos – Leis opressivas, climas pouco atrativos, agravamento de impostos, foram, e continuam a ser, responsáveis pelas correntes migratórias. Mas nenhuma destas correntes supera as que estão na origem do desejo intrínseco à maioria dos homens de melhorar as suas condições materiais de existência. (RAVENSTEIN3, apud GONÇALVES, 2009. p. 25)

Outro fator crucial no processo de migração é a expansão do capitalismo. Ferrari (2005) ressalta que a migração está intimamente ligada à expansão capitalista e à industrialização desigual. A industrialização ocorreu de maneira desequilibrada, concentrando-se nos grandes centros urbano, contribuindo para sua expansão e consolidação frente às pequenas cidades. Já no campo, a estrutura fundiária, que concentra a posse de terras nas mãos de grandes latifundiários, e a mecanização da agricultura, que tornava as grandes propriedades altamente tecnológicas e produtivas, foram os fatores responsáveis pelo processo de migração do campo para a cidade de parte da população que tinha a agricultura como sua forma de sustento.

Conte (2004) destaca que os principais motivos para o processo de migração estão relacionados principalmente por motivos de segurança, como guerras, perseguição política, violência, e desastres naturais, e também por motivos econômicos, como melhores oportunidades de emprego e condições de vida melhores. A Organização das nações Unidas (ONU) em definição segue a mesma linha:

Desde os tempos mais remotos que a humanidade está em movimento. Algumas pessoas movem-se em busca de oportunidades de trabalho ou econômicas, para se unir à família ou para estudar. Outras deslocam-se para escapar de conflitos, perseguições, terrorismo ou violações de direitos humanos. Muitos outros movem-se na sequência dos efeitos adversos das alterações climáticas, desastres naturais ou outros fatores ambientais (ONU, 2017).

Ainda segundo a ONU, em 2017 o número de migrantes atingiu 258 milhões, em comparação com cerca de 173 milhões em 2000. No entanto, a proporção de

migrantes internacionais na população mundial aumentou apenas ligeiramente nas últimas décadas, correspondendo a 3,4% em 2017, 2,8% em 2000 e 2,3% em 1980. Para os migrantes de 2017 Aproximadamente 68 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar, incluindo mais de 25 milhões de refugiados, 3 milhões de requerentes de asilo e mais de 40 milhões de deslocados internos, ou seja, dentro de seu próprio país.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com base nos dados de 2020 os 5 principais países de destino de migrantes internacionais são: Estados Unidos, sendo o principal destino desde 1970, com quase 51 milhões de imigrantes. Em segundo Alemanha com quase 16 milhões de migrante, seguido por Arábia Saudita (13 milhões), Federação Russa (12 milhões) e Reino Unido com cerca de 9 Milhões de migrantes internacionais. Já em relação aos emigrantes, mais de 40% (115 milhões) dos migrantes internacionais nasceram na Ásia, incluindo China, Bangladesh, Paquistão e principalmente Índia, sendo este o maior país de origem. México aparece em segundo e a Federação Russa em terceiro, no ranking dos maiores países de origem (OIM, 2022).

Já em relação ao Brasil, os principais movimentos de migração no Brasil podem ser classificados em várias categorias, incluindo migrações internas (dentro do país) e migrações internacionais (externa para o país). Ao analisar as Migrações internas no Brasil, Ferrari (2005) destaca que a década de 1960 e 1970 foram marcados por intensos movimentos de migração campo-cidade (êxodo rural), pela migração nordestina as regiões centro-sul, em especial ao estado de São Paulo, motivados principalmente pelas precárias condições econômicas no Nordeste, e as melhores oportunidades de Trabalho em São Paulo, e pela migração para Amazônia, em busca de emprego no ramo do setor borracheiro. Em relação a imigração para o Brasil Ferrari (2005) destaca que o final do século XIX e início do século XX foram marcadas pela intensa chegada de imigrantes europeus (italianos, alemães, espanhóis, portugueses) e de Japoneses, especialmente para trabalhar na agricultura (café) e na indústria. Já no século XXI a OIM (2022) aponta que os principais imigrantes que chegam ao Brasil são provenientes principalmente da população Venezuelana, Haitiana, Angolana e Boliviana respectivamente.

Ao longo dos anos, segundo dados demográficos do IBGE, o movimento da população em geral tem sido o deslocamento do campo para o urbano, porém nem sempre é uma atividade simples distinguir uma região entre rural e urbana. Segundo Veiga (2003), as definições atuais sobre o rural utilizadas pelos órgãos governamentais no Brasil possuem características específicas em comparação com outros países. No Brasil, considera-se urbana toda sede de município, independentemente do tamanho e da quantidade de habitantes, o que faz com que pequenas sedes municipais, vilas e distritos sejam classificadas como urbanas. Com base neste critério, mais de 80% da população brasileira é considerada urbana (VEIGA, 2003), ainda segundo o autor tal fato pode ser confirmado pelo censo demográfico de 2010, no qual 84,36% da população é considerada urbana e 15,64% rural (IBGE, 2010).

José Eli da Veiga destaca-se entre os principais críticos desta metodologia pois segundo o autor, as classificações vigentes são atrasadas e equivocadas, colocando o Brasil entre os países mais atrasados do mundo, pois isenta o meio rural de políticas governamentais especificamente voltadas para o seu desenvolvimento, como tem ocorrido (VEIGA, 2003).

Ao estudar as características dos municípios rurais, Veiga separa os municípios rurais em três classes distintas: os esvaentes, os letárgicos e os atraentes. Segundo a classificação de Veiga (2001), os municípios esvaentes são aqueles que tiveram fortes quedas populacionais relativas, os letárgicos são os que também tiveram perdas relativas, mesmo assim cresceram em termos absolutos, em compassos não muito distantes ao de seus respectivos Estados, já os atraentes são os que tiveram crescimento populacional superiores aos de seus Estados. Veiga (2001) descreve diversos fatores que tornam os ambientes rurais em esvaentes, letárgicos e atraentes, sendo devido a uma complexa combinação de fatores econômicos, sociais e políticos que influenciam tanto a atração quanto a expulsão de pessoas, tais como: falta de oportunidades econômicas, carência de serviços básicos, custo de vida baixo ou alto no campo, qualidade de vida, desenvolvimento desigual entre outros.

2.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Primeiramente, cabe definir o conceito de indicadores Econômicos e Sociais separadamente, e posteriormente chega-se à definição de socioeconômico, abordando assim os temas conjuntamente. Segundo Sandroni (2016, p. 905), indicadores Econômicos são “Conjunto de dados estatísticos, passíveis de mudança e oscilações, capaz de dar uma ideia do estado de uma economia em determinado período ou data”. Já segundo o Guia dos indicadores Econômicos (1992), indicadores econômicos são expressos em valores numéricos, representam um conjunto de dados estatísticos, e que apresentam informações que sinalizam e apontam o comportamento de determinadas variáveis do sistema econômico de um país. Ou seja, indicadores são dados estatísticos oficiais que quantificam as variáveis econômicas, e que por meio deles, é possível verificar a trajetória da economia e possibilitar o planejamento de políticas públicas. Lourenço e Romero (2007, p. 27) discorrem sobre a importância dos indicadores econômicos, sendo estes fundamentais para o entendimento da situação presente e dos cenários de curto prazo, e servindo de base para as tomadas de decisões dos agentes públicos e privados. Alguns exemplos de indicadores econômicos são: desemprego e oferta de emprego, exportação e importação, inflação, arrecadação e despesas, e principalmente os indicadores de produção, sejam eles nacionais ou específicos para cada setor e região.

Já os indicadores Sociais diferenciam-se do aspecto de mensuração puramente quantitativo que é abordado nos indicadores econômicos, preocupando-se mais com o indivíduo em si do que com a produção. O termo “indicadores sociais” surgiu no início da década de 1960, citado na obra *Social Indicators* de RAYMOND Bauer, cuja finalidade era avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. Sandroni (2016, p. 904) define Indicadores Sociais como “Procedimento estatístico que objetiva quantificar o grau de bem-estar ou qualidade de vida de uma população”, ainda segundo o autor, a utilização dos indicadores sociais se deve ao “descontentamento generalizado do uso do conceito de crescimento do produto nacional bruto como principal referencial para se aferir o grau de desenvolvimento social de uma comunidade” (SANDRONI, 2016 p. 904). Jannuzzi (2005, p.138)

complementa dizendo, “no campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático”. No campo político, é impossível realizar qualquer intervenção estatal sem antes conhecer a realidade social que se deseja transformar, como exemplo uma política de transporte público tende ao fracasso caso o gestor desconheça os horários e locais de maior fluxo, ou uma política de segurança pública, sem que os gestores saibam qual a modalidade de crime e o perfil dos envolvidos, portanto, os indicadores sociais têm papel fundamental na implantação e na avaliação de políticas públicas.

Dentre os principais indicadores Sociais, destacam-se: nível de emprego, expectativa de vida, taxa de mortalidade, taxa de analfabetismo, qualidade habitacional, nível educacional, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Liberdade Humana (ILH), Índice de Liberdade Política (ILP), ou seja, indicadores quantitativos e qualitativos que tratam sob o bem-estar populacional e auxiliam o poder público no desenvolvimento de políticas sociais (IPECE, 2010).

Já os indicadores socioeconômicos, junção dos fatores sociais e econômicos, é um adjetivo atribuído a toda prática que relaciona situações, circunstâncias e aspectos que afetem tanto a ordem social como a economia de um local ou região. Os indicadores socioeconômicos são medidas utilizadas para avaliar e quantificar diversos aspectos da sociedade e da economia de um determinado lugar ou grupo de pessoas. Segundo Moldau (1998, p.70), “os indicadores socioeconômicos têm a finalidade principal de permitir a avaliação da situação e evolução de uma comunidade em seus vários aspectos”.

Os indicadores socioeconômicos fornecem informações sobre o desenvolvimento, qualidade de vida, distribuição de recursos, desigualdades sociais, entre outros aspectos relevantes para entender o contexto socioeconômico de uma região. Por meio da análise socioeconômica, é possível verificar se o crescimento de uma determinada região foi apenas em termos de aumento de produção, comumente chamado de crescimento econômico, ou se o crescimento também refletiu em melhoria nos indicadores sociais, trazendo assim o desenvolvimento socioeconômico para toda a região. Um país ou município que seja grande gerador de riquezas, e que tenha uma enorme base produtiva, não é considerado,

necessariamente seja também um município desenvolvido. Países como China, Índia e Venezuela, são exemplos de países que apresentaram elevado crescimento do PIB nas últimas décadas, porém a qualidade de vida da população não cresceu em igual proporção. Crescimento e desenvolvimento são conceitos parecidos e que são muitas vezes confundidos, porém não representam necessariamente a mesma coisa.

2.2.1 Crescimento e desenvolvimento socioeconômico: Aspectos conceituais

Influenciado principalmente pelo pensamento liberal de autores clássicos, como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, entre outros, os termos crescimento econômico e desenvolvimento foram tratados ao longo do tempo como sinônimos, ou que ambos possuíam uma relação direta de causa e efeito. No pensamento clássico, o desenvolvimento socioeconômico, tratado por Adam Smith na obra *A Riqueza das Nações* (1776) como “a maximização do bem-estar”, é consequência do crescimento econômico, fruto de uma sociedade sem intervenção estatal, e baseada na livre concorrência e interesses pessoais.

Silva e Carvalho (2007, p.14) comentam sob a obra de Adam Smith

Segundo ele, visando ao bem-estar, o melhor caminho seria o estímulo à busca individual do próprio interesse e à concorrência. Os indivíduos deveriam ser deixados livres. Uma “mão invisível” orientaria todas as decisões da economia, sem a necessidade de atuação do Estado. Através da livre concorrência, a sociedade chegaria à harmonia e à maximização do bem-estar de todos.

Outro importante autor clássico que influenciou o pensamento econômico na época foi David Ricardo. Inspirado nas obras do filósofo e economista escocês Adam Smith, David Ricardo acreditava que o crescimento econômico de um país poderia ser promovido por meio de políticas que permitissem a livre concorrência, a especialização produtiva e o comércio internacional. Entre suas principais contribuições estão: Teoria do valor-trabalho incorporado, teoria da renda fundiária e a teoria das vantagens comparativas. Para David Ricardo, o desenvolvimento

socioeconômico é consequência do crescimento econômico, proveniente principalmente da especialização produtiva.

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho – produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países – quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros. (RICARDO, 1996, p.88).

Sua conclusão é de que o comércio internacional, por meio da especialização e da divisão internacional do trabalho, aumenta a eficiência no emprego dos recursos, elevando a renda real e a produção dos parceiros comerciais.

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO, 1996, p. 97).

A corrente filosófica liberal clássica foi responsável por influenciar economistas e teóricos, bem como por ditar a futuro das políticas econômicas promovidas pelos governos. Seus objetivos eram o crescimento econômico, já que, até cerca de 1970, nenhuma ação em relação ao desenvolvimento ainda tinha sido tomada.

Segundo Siedenberg (2003, p.02)

No período compreendido entre a publicação da célebre obra de Adam Smith (“An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations”), em 1776, que coincidiu com o auge da Revolução Industrial, até meados do século XX, quando a ordem econômica mundial havia sido restabelecida, as principais questões discutidas no contexto econômico abordavam temas como: classes sociais, divisão do trabalho, salário, rendas, meios de produção, riqueza, mais valia, mercados, preços, capital, lucros, excedentes, acumulação, função do Estado, concorrência, crédito, investimentos, oferta e demanda, entre outros.

Ainda neste contexto, o desenvolvimento de uma sociedade poderia ser medido de acordo com o grau de industrialização que esta mesma apresentasse. Aquelas que apresentassem elevado grau de industrialização eram consideradas desenvolvidas e modernas, enquanto as sociedades que apresentassem baixo nível industrial, ou seja, a predominância na agricultura era considerada atrasada, tal fato pode ser confirmado segundo Caiden e Caravantes (1988, p. 22):

O desenvolvimento era encarado como um conjunto de processos interdependentes e, mediante ele, a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna. [...] A meta adequada do desenvolvimento era uma sociedade urbana, e o moderno era medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que determinada sociedade houvesse atingido.

Ao longo do tempo, diversas críticas foram feitas sobre as teorias clássicas e sobre o sistema que busca somente o crescimento econômico, por ignorarem completamente o desenvolvimento social, seja por indiferença quanto à classe trabalhadora, ou por acharem no longo prazo seus problemas se resolveriam sozinho. Porém, foi somente a partir da década de 70, com o surgimento de novas problemáticas no pós-guerra e a questão ambiental nos anos 1960, se evidenciou uma crise no antigo modelo de desenvolvimento e a necessidade de construção de novos padrões de transformação social. Especificamente, o surgimento do conceito de desenvolvimento, base para o debate atual, distinto do conceito puro de crescimento econômico, deu-se no período pós-guerra (BOISIER 2001; SACHS 2004), no contexto de reconstrução da Europa.

Durante a década de 60, as críticas em relação ao modelo de crescimento econômico ganharam cada vez mais força, pois as estratégias de crescimento econômico acabaram não propiciando necessariamente o desenvolvimento econômico e social e, em decorrência, o PIB passou a ser questionado como indicador de desenvolvimento. Além disso, Nohlen e Nuscheler (1993) enumeram uma série de motivos e problemas que fizeram com que o PIB deixasse indicador hegemônico de desenvolvimento, entre eles estão:

- Discrepância entre os resultados e os dados fornecidos por diferentes organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, GATT/OMC, UNCTAD);

- O cálculo do PIB desconsidera relações extramercado, não contabilizando os resultados produzidos por setores de subsistência, como as atividades exercidas no meio informal, tanto no meio rural quanto urbano;
- O indicador Renda Per Capita, utilizado para verificar o crescimento econômico de um país, não reflete o poder de compra em cada região, ou seja, países com elevado nível de renda per capita, mas com elevado custo de vida, não necessariamente é um país desenvolvido, além disso, a renda per capita média pode causar grandes distorções, já que esconde diferenciações de renda entre regiões centrais e periféricas, entre camadas sociais, entre urbanos e rurais, entre homens e mulheres;
- As estatísticas de crescimento econômico, fundamentadas no PIB, negligenciam os aspectos do bem-estar social, dos direitos individuais e outros elementos que não podem ser quantificados;
- Aspectos ambientais são ignorados quando verificado apenas o crescimento econômico, não considerando assim a depredação ambiental e a monocultura intensiva;
- Considera o ser humano apenas como um objeto, como um capital humano que é capaz apenas de consumir e propiciar maior produtividade, ou seja, apenas um meio para o fim, que seria o crescimento econômico.

Após a década 1970, as diferenças entre os temas começaram a serem estudadas com maior força, passando ambas a terem suas definições distintas e próprias, sendo crescimento econômico representando o aumento nas bases produtivas, materializado no aumento do PIB, enquanto o desenvolvimento no sentido de melhorias na qualidade de vida, materializado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, abordado no tópico 2.2.5), em um contraponto ao PIB.

Para Assaf Netto (2006, p 22), “Crescimento econômico é um conceito mais restrito, que envolve a expansão quantitativa da capacidade produtiva de um país ao longo do tempo”. Antoniazzi e Raiher (2020) complementam a definição, dizendo que “o crescimento econômico é medido através de indicadores monetários, os quais expressam a produção de uma região, em que o PIB – Produto Interno Bruto –

é a principal medida utilizada”. Ainda segundo as autoras, o simples crescimento econômico torna o mercado de trabalho maior, porém isto pode não se reverter em melhorias sociais, já que atividade produtiva pode ser concentrada, e/ou com produções que não requerem tanta mão de obra, e/ou com atividades demandadoras de mão-de-obra com baixa qualificação, com desigualdades na remuneração. (ANTONIAZZI e RIAHER, 2020).

Já o desenvolvimento econômico refere-se a um processo mais amplo e sustentável de melhoria das condições econômicas, sociais e institucionais de uma sociedade ao longo do tempo. Ele não se concentra apenas no aumento da produção de bens e serviços (crescimento econômico), mas também na distribuição mais equitativa da riqueza, na redução da pobreza, no aumento do padrão de vida, na melhoria da qualidade de vida, na proteção ambiental e na promoção do bem-estar humano de forma geral. Para Antoniazzi e Raiher (2020) o desenvolvimento, está ligado às mudanças mais profundas na economia e na sociedade. Ele indica a melhoria do bem-estar ou da qualidade de vida das pessoas, referindo-se para uma melhor distribuição de renda, acesso igualitário a saúde, educação, cultura, lazer etc.”

Para Sachs (2004, p. 13): “os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.” A popularização dos indicadores com preocupação social, se deve principalmente a introdução do Índice de desenvolvimento humano (IDH), apresentado primeiramente em 1990, por meio do relatório anual apresentado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

2.2.2 Papel da ONU no Desenvolvimento

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional fundada em 24 de outubro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial. Ela é composta atualmente por 193 Estados-membros (ONU, 2024). A ONU substituiu a Liga das Nações, que havia sido criada após a Primeira Guerra Mundial, porém

falhou em não evitar novos confrontos, além de não terem em seus quadros de membros as principais potências do mundo à época: Estados Unidos e União Soviética (ONU, 2024).

Entre os principais objetivos da ONU estão a manutenção da paz e segurança internacional, a promoção dos direitos humanos, o fomento ao desenvolvimento sustentável, a coordenação de assistência humanitária em crises e a facilitação da cooperação internacional em diversas áreas, como saúde, educação, ciência, cultura e desenvolvimento econômico. (ONU, 2015). A ONU atua como uma plataforma global para resolver conflitos, promover a justiça e enfrentar desafios globais, reunindo governos, organizações e cidadãos para trabalhar em prol de um mundo mais seguro, justo e próspero.

Com objetivo de promover o desenvolvimento humano aliado à sustentabilidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou no ano de 2015 a Agenda 2030, um plano de ação composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, padrões sustentáveis de produção e de consumo além de questões ambientais como mudança do clima e proteção a vida marinha e terrestre (ONU, 2015).

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015).

Figura 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015)

Os 17 objetivos que compõem os ODS podem ser divididos em quatro dimensões principais: social, relacionada às necessidades humanas; ambiental, que trata da preservação e conservação do meio ambiente; econômica, que aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais; e institucional, que diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS (ONU, 2015).

Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas (ONU, 2015).

A implementação da Agenda 2030 no Brasil envolve um esforço coordenado entre diversos níveis de governo, setor privado, sociedade civil, da academia e organizações internacionais (ONU, 2015). Os objetivos dos ODS são discutidos nas mais diversas áreas civis, em destaque para Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Criada pelo Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, essa comissão tem como objetivo internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil. Após discussão os ODS são integrados nos planos e políticas nacionais, estaduais e municipais. Diversos programas governamentais são alinhados com os ODS, como o Bolsa Família (ODS

1 e 2), o Minha Casa Minha Vida (ODS 11) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (ODS 2 e 4).

2.2.3 Desenvolvimento e subdesenvolvimento: Celso Furtado

O debate no Brasil em relação ao tema desenvolvimento socioeconômico ganhou destaque após a crise do sistema capitalista, ocasionado pela Grande depressão dos anos 30 e após o fim da Segunda Guerra Mundial. Inspirado principalmente pelas obras de John Maynard Keynes e a “Revolução Keynesiana”, o debate sobre uma maior participação do Estado nos assuntos econômicos e sociais ganhou cada vez mais destaque. Entre os principais autores brasileiros que trataram sobre o tema desenvolvimento, destaca-se Celso Furtado.

Nascido em 1920 no estado da Paraíba Celso Furtado foi um renomado economista brasileiro, reconhecido por desempenhar papel significativo no desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro e na promoção de políticas voltadas para o crescimento econômico e na redução da desigualdade social. Suas principais obras têm como objetivo analisar a economia brasileira e da América latina, e os motivos pela qual a região é subdesenvolvida.

Em sua Obra introdução ao desenvolvimento (2000), Furtado baseia sua teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento por meio da compreensão histórica, institucional e estrutural da formação da periferia (ex-colônias, subdesenvolvidos) e sua relação com países centrais (desenvolvidos, industrializados). Furtado (2000, p.22) define as três dimensões da ideia de desenvolvimento, que são elas: (I) a do incremento e da eficácia do sistema social de produção; (II) a da satisfação de necessidades elementares da população de forma geral; e (III) da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade.

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. (FURTADO, 2000, p.22)

Já em relação ao subdesenvolvimento: Para Furtado o subdesenvolvimento não era uma condição estática (imutável), mas sim com um estágio histórico específico e atual no processo de desenvolvimento. Ele entendia o subdesenvolvimento como um estado de atraso econômico e social, caracterizado pela dependência externa, baixa produtividade, desigualdade de renda e instabilidade política. Furtado argumentava que o subdesenvolvimento era uma consequência da exploração colonial e das estruturas econômicas injustas impostas pelos países centrais sobre os países periféricos.

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente igualitária e de elevado potencial de acumulação é causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea, [...] foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2000, p.23)

De forma sintética do que Furtado chamava de processo de “desenvolvimento-subdesenvolvimento”, pode-se entendê-lo como um processo histórico dividido em duas grandes faces distintas sendo: (I) uma de transformação do modo de produção; (II) outra que reflete a divisão do trabalho inter-regional.

Segundo Leite e Vianna (2011, p. 6) ao definir as faces do processo de “desenvolvimento-subdesenvolvimento” de Celso Furtado:

A primeira face trata da transformação das formas, pré-capitalistas, de produção familiar, senhorial, artesanal, ao modo de produção capitalista, com progressiva implantação de mercados, associados à força de trabalho e recursos apropriados privadamente. Essa mudança econômica e social permitiu o desenvolvimento da outra face: maiores canais de divisão do trabalho, desenvolvimento de melhores técnicas produtivas, em realimentação e ampliação da acumulação. A segunda face trata da divisão inter-regional do trabalho pela economia mundial, induzida pelas atividades comerciais.

Ainda sobre o assunto, Celso Furtado complementa:

Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforça-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse à divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a

modernização das formas de vida em sua periferia. (FURTADO, 2000, p. 27)

O sucesso das economias que conseguiram se desenvolver pós século XIX esteve associado a uma centralização das decisões econômicas, principalmente com destaque à participação dos Estados nacionais nos processos sociais de transformação e na própria acumulação. Conforme os países desenvolvidos iam consolidando as suas indústrias, maior ficava o esforço para países em subdesenvolvimento de se industrializar. As poucas indústrias que se desenvolveram, acabaram sendo de caráter auxiliar, fundamentalmente exportadoras de produtos primários.

Algumas indústrias surgem integradas a certas atividades exportadoras, e outras como complemento de atividades importadoras. De uma forma ou de outra, elas ampliam o grau de interação do sistema econômico internacional. Nas fases de crise, procura-se reduzir o conteúdo de importações de certas atividades industriais, o que leva ocasionalmente à instalação de indústrias integradas do sistema econômico no nível nacional. Assim, por um processo inverso, através de um esforço para reduzir a instabilidade resultante da inserção na economia internacional, molda-se um sistema industrial com um maior ou menor grau de interação". (Furtado, 1996, p. 20,21, grifo acrescentado).

Em sua Obra *Brasil: A Construção Interrompida* (1992), Celso Furtado, examina profundamente a história econômica e social do Brasil desde os tempos coloniais até o presente. Furtado explora as raízes do subdesenvolvimento brasileiro, destacando fatores como a herança colonial, a dependência econômica externa, as desigualdades sociais e a falta de políticas consistentes de desenvolvimento.

O desenvolvimento e Subdesenvolvimento, movimento em que poderiam ser observados conjuntamente, eram características do subdesenvolvimento latino-americano, causados principalmente pela expansão das economias capitalistas em direção a regiões pré-capitalistas. Nesses termos, a característica principal das economias subdesenvolvidas, situa-se na existência de uma deformação estrutural, caracterizada pelo dualismo atrasado-moderno. Tal deformação estrutural resulta em crescentes desequilíbrios sociais, políticos e econômicos.

Para Celso Furtado, os movimentos para que o Brasil fosse um país subdesenvolvido eram:

- Herança Colonial: Modelo Econômico colonial era baseado majoritariamente na exploração de matérias-primas para exportação, como o açúcar e o café, este modelo econômico criou uma estrutura econômica dependente e desigual, que persistiu mesmo após a independência do Brasil;
- Dependência Externa: Dependência brasileira de capital estrangeiro, tecnologia e mercados externos, o que limitou sua capacidade de desenvolvimento autônomo e soberano;
- Desigualdade Social e Estrutura Fundiária: A ausência de uma reforma agrária eficaz, resultou na concentração de terras e riquezas nas mãos de uma elite agrária, expulsando a população mais pobre cada vez mais para as periferias;
- Falta de Industrialização Adequada: Para Furtado o Brasil não conseguiu realizar uma industrialização completa e diversificada, permanecendo uma economia dependente da exportação de produtos primários e sujeito a flutuações nos mercados internacionais;
- Políticas Econômicas Ineficazes: Furtado argumentava que o crescimento econômico e a estabilidade do país foram prejudicados devido à instabilidade política (Golpes, oposição), juntamente com políticas econômicas inadequadas, como a hiperinflação e o protecionismo excessivo.

Celso Furtado (1976), ao analisar o modelo econômico baseado na exportação de produtos primários das nações latino-americanas, em especial o Brasil, conclui que a partir dessas análises já não cabia admitir como hipótese de trabalho a possibilidade de reversão a uma situação em que as exportações de produtos primários desempenhavam o papel de principal centro propulsor do desenvolvimento regional (FURTADO, 1976, p. 377).

Diante do exposto acima, Furtado enfatiza que o intenso desenvolvimento industrial, aliado a participação ativa do Estado na condução da economia por meio de suas políticas públicas, seriam fatores cruciais para a superação da dependência externa e do subdesenvolvimento econômico.

Além do intenso processo de industrialização, Celso Furtado destaca outras ações necessárias para que um país periférico possa romper a situação de subdesenvolvimento, que são:

- **Desenvolvimento Endógeno:** Utilizar seus próprios recursos e capacidades para impulsionar o crescimento econômico, ação que fortaleceria o mercado interno, e o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições locais;
- **Redistribuição de Renda:** Importância da redistribuição de renda como uma forma de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Por meio de políticas fiscais progressivas, programas de assistência social e medidas para fortalecer os direitos trabalhistas;
- **Políticas de Desenvolvimento Regional:** Políticas que promovessem o desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões dentro do país, corrigindo a discrepância entre Nordeste e Sudeste;
- **Integração Regional:** Integração regional como maneira de fortalecer as economias dos países em desenvolvimento. A cooperação entre os países poderia facilitar o comércio entre os países, a transferência de tecnologia e a coordenação de objetivos;
- **Autonomia Política e Econômica:** Importância de políticas que promovessem o desenvolvimento, ou seja, a busca de políticas que protegessem os interesses nacionais e promovessem o desenvolvimento independente, em vez de se submeterem a influências externas desfavoráveis.

2.2.4 Produto interno bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) é um dos principais e fundamentais indicadores econômicos, e tem como função mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Segundo Rossetti (2003, p.25) "o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, sendo o principal indicador utilizado para evidenciar a geração da riqueza e o crescimento econômico". O PIB além de ser um dos principais indicadores de diagnóstico da economia, serve também como base para os agentes governamentais na formulação de políticas públicas, e influenciam

também empresários e acionistas no âmbito privado. Já para Heilbroner e Thurow (2001 p. 27) “a produção medida pelo PIB, apresenta relação com o nível de emprego e com a renda a ser recebida da população, sendo um dos índices utilizados para medir o desenvolvimento humano”, indicando assim, que o PIB é também um importante indicador social, já que seu crescimento está também relacionado com o nível de emprego e renda.

Segundo Sandroni (2016, p. 1431) o produto interno bruto (PIB) “Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços”. Já Boullosa e Tavares (2009 p. 59), definem o PIB como um índice macroeconômico de mensuração das atividades econômicas de certa região, município, Estado ou país durante um período que pode ser mensal, trimestral e anual. Ainda segundo Sandroni (2016, p.1432), o produto é medido a preço de mercado e pode ser calculado sob três diferentes óticas;

Na ótica da produção, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. Pela ótica da renda, é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios. Pela ótica do dispêndio, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações (SANDRONI, 2016).

Segundo (MANKIW, 2015), existem duas formas principais de medir o PIB: o PIB nominal e o PIB real. O PIB nominal é a medida do valor total de todos os bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, com os preços atuais de mercado, ou seja, sem levar em consideração os efeitos da inflação ou deflação nos preços dos bens e serviços. Já em relação ao PIB Real, é o PIB Nominal ajustado pelos efeitos da inflação ou deflação, o PIB real fornece uma medida mais precisa do crescimento econômico ao

longo do tempo, permitindo comparações mais significativas entre diferentes períodos.

2.2.5 Índice de desenvolvimento humano (IDH)

No início da década de 1990, o conceito de desenvolvimento humano, bem como sua forma de mensuração, foi apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU), e a sua popularização se deu devido adoção do IDH como medida de avaliação de desenvolvimento humano em um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto, que era o principal índice utilizado como medida de desenvolvimento (PINTO *et al.*, 2013). Scarpin e Slomski (2005, p. 3) complementam a importância do IDH dizendo que “o progresso de um país ou município não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que seus cidadãos possuem (ou carecem), mas também pela sua saúde, a qualidade dos serviços médicos e a educação.”

Desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH foi apresentado primeiramente 1990, por meio do relatório anual apresentado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo Siedenberg (2003, p. 4) no IDH “foram comparados diferentes aspectos da qualidade de vida em 130 países com mais de 1 milhão de habitantes, consolidando definitivamente uma concepção mais complexa do conceito de desenvolvimento”.

Em resumo, o IDH é uma unidade de medida que é utilizada para mensurar o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade, e para o seu cálculo são consideradas a combinação de três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, que mede a esperança de vida ao nascer, refletindo assim a saúde da população; a educação, refletindo o acesso ao conhecimento, medida pela taxa de alfabetização e a taxa de matrículas no ensino fundamental; e a renda, medida que estima o poder de compra da população, ao qual é baseado no PIB per capita e o custo de vida local (SCARPIN, SLOMSKI, 2005).

Na versão de 1990 o IDH era composto por um conjunto de variáveis que envolviam a esperança média de vida ao nascer, a renda per capita medida

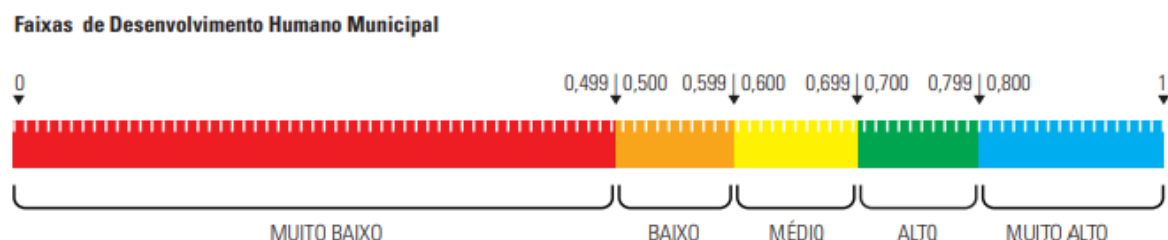
pela paridade do poder de compra e uma combinação do índice de alfabetização (na proporção de 2/3) e a taxa de escolarização (na proporção de 1/3) de cada país, cujos valores relativos eram projetados numa escala que variava de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 (situação ideal), maior o desenvolvimento daquele país; assim foi possível fazer uma classificação (ou ranking) do índice de desenvolvimento dos países. (SIEDENBERG, 2003, p. 4)

Ainda segundo sua forma de cálculo, Siedenberg (2003 p. 22) complementa:

O UNDP projetou os valores dos três indicadores desses 130 países numa escala que varia de 0 a 1: o valor do indicador para cada país é calculado pela sua relação com o valor internacional mínimo e máximo encontrado. Com isso, é possível estabelecer a posição relativa de cada país no intervalo considerado. Com base nos três índices é extraída a média aritmética; assim, o IDH de cada país evidencia a diferença entre essa média e o índice padrão 1 (um).

Devido à disparidade das características de cada país, fez-se necessário uma adaptação nos indicadores que compõem o IDH nacional, sendo possível acrescentar ou remover novos componentes a fim de explicar com maior precisão o desenvolvimento de cada região. Com base nisso, a partir do ano de 2013, passou-se a adotar o IDH Municipal (IDHM), adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Segundo (PINTO *et al.*, 2013), para o cálculo do IDHM, utiliza-se as mesmas três dimensões do IDH Global - saúde, educação e renda, porém calculado com base no contexto brasileiro na disponibilidade dos indicadores nacionais. A interpretação do IDHM se dá por meio do seu resultado, que é um número que varia de 0 a 1, sendo o quanto mais próximo o valor for do 1, maior é o grau de desenvolvimento humano do município.

Gráfico 1 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas (2013)

2.2.6 Divisão por setores da economia

Os "setores da economia" são categorias usadas para classificar e analisar as atividades econômicas de uma sociedade com base na natureza e no tipo de produção. Sendo divididas em três grandes grupos: Setor primário, secundário e terciário, estas atividades são classificadas de acordo com a etapa em que se encontra o processo produtivo de uma determinada mercadoria (OLIVEIRA, 1978).

Segundo Oliveira (1978), essa divisão foi concebida desde os economistas clássicos, e que denunciava a distância entre a produção material realizada pelos homens e a natureza. Desta forma, as atividades relacionadas diretamente com a natureza (agricultura, extração) são chamadas de primárias. A indústria ou manufatura viria a seguir, sendo atividade secundária, pois há uma maior distância entre a natureza e o que foi produzido. Já o setor terciário, é a classe de trabalho com maior distância em relação à natureza, e que o resultado do seu trabalho resulta em produtos imateriais, denominados de serviços.

O setor primário é o estágio no qual ocorre a produção a partir dos recursos naturais existentes para exploração. É o setor que explora o meio ambiente para produzir itens para o consumo ou que serão vendidos. Neste setor envolve atividades relacionadas à exploração e extração de recursos naturais. Isso inclui agricultura, pecuária, pesca, mineração e exploração florestal.

O setor primário abrange a agricultura em sentido restrito (isto é, a lavoura), a pecuária, a caça, a pesca, bem como a extração de minerais e de madeira, ou seja, todas as atividades de exploração direta dos recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, não implicando em uma agregação de valor via industrialização. (ALMEIDA; SILVA; ANGELO, 2012, p. 5)

Com relação ao setor secundário, é o setor com maior emprego tecnológico, é responsável na transformação das matérias-primas obtidas no setor primário em produtos acabados e industrializados de alto valor agregado. As matérias-primas são transformadas em produtos aptos para o consumo ou em maquinários e ferramentas industriais. Dessa maneira, o setor alimenta a si próprio e

ao setor terciário. Segundo Almeida, Silva e Ângelo (2012) o setor secundário é composto pelas atividades industriais e divide-se em três subsetores que são:

Indústria da construção civil, a indústria de serviços públicos (geração e distribuição de energia elétrica, beneficiamento e distribuição de água à população, produção e distribuição de gás encanado) e a indústria manufatureira, inclusive a relacionada ao agronegócio como, por exemplo: as fábricas de papel e celulose, os frigoríficos, entre outras. (ALMEIDA; SILVA; ANGELO, 2012, p. 5)

Setor Terciário é composto pelas atividades de comércio e serviços, sendo o setor que se refere todas as demais atividades econômicas que se caracterizam por não produzirem bens materiais (tangíveis), mas sim a oferta de serviços para atender às necessidades da população e da economia. Segundo Falciroli (2019), o setor de serviços engloba “Comércio, educação, saúde, alojamento e alimentação, transportes, comunicações, serviços financeiros, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, administração pública e demais serviços.”

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O capítulo a seguir abordará a análise dos dados econômicos e sociais coletados da cidade de Cocal do Sul/SC. Primeiramente será feita uma introdução ao Município, contextualizando sobre sua formação e emancipação, posteriormente, será verificada a estrutura demográfica do município estudando sua população, distribuição geográfica, faixa etária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A seção seguinte trata sobre educação, e abordará o comportamento da taxa de analfabetismo, bem como o desempenho da educação no município tendo como base as avaliações do governo federal. Já em relação à saúde, será verificado a estrutura do sistema público por meio da quantidade e médicos e pontos de atendimentos disponíveis. Por fim, a estrutura socioeconômica do município com o levantamento e análise dos dados quantitativos e qualitativos, a fim de na conclusão determinar se houve desenvolvimento socioeconômico no município.

3.1 INTRODUÇÃO AO MUNICÍPIO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O município de Cocal do Sul está localizado na região sul do estado de Santa Catarina, com extensão territorial de 70.965 km². Fazendo fronteira com os municípios de Urussanga, Morro da Fumaça, Siderópolis e Criciúma. Localizado na microrregião de Criciúma, é um dos doze municípios que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Segundo Cocal do Sul (2024), o município conta oficialmente com 24 bairros, sendo estes 16 localizados no perímetro urbano e 8 no perímetro rural.

A colonização do município está diretamente relacionada ao processo de imigração que ocorreu por volta de 1880, onde diversas famílias oriundas de países europeus, especialmente da Itália, Polônia, Rússia e Alemanha, se estabeleceram na região Sul Catarinense. Segundo a prefeitura de Cocal do Sul (2024), as primeiras famílias que se instalaram na localidade foram Cechinel, Possamai e Smânia, oriundas principalmente da região do Vêneto, norte da Itália. Ainda segundo o site, o nome “Cocal” se dá devido a abundância de coqueiros nativos que se

espalharam por toda a redondeza, já a terminação “do sul”, se deu para diferenciar da cidade localizada no Piauí que possuía o mesmo nome.

Entre o período de 1880 a 1903 Cocal do sul se limitava a ser apenas uma Vila, ou seja, uma localidade isolada onde moravam apenas algumas dezenas de famílias de colonos, porém, por meio da resolução nº 15 aprovada em 02 de janeiro de 1904, a Vila de Cocal passou a se tornar distrito pertencente a Urussanga. Durante suas fases iniciais, a agricultura foi a principal atividade econômica durante boa parte do século XX, somente a partir dos anos 1970 com a expansão da indústria cerâmica, que o setor industrial se consolidou como principal atividade econômica do município (PREFEITURA DE COCAL DO SUL, 2021). Com o elevado nível de crescimento e desenvolvimento municipal observado na década de 80, impulsionado pela expansão do setor cerâmico e com a consolidação da antiga Eliane Revestimentos Cerâmicos (atualmente Mohawk Revestimentos Cocal do Sul LTDA) como uma das maiores do setor nacionalmente, cresceu-se o desejo local por emancipação, desejo este concretizado por meio de votação popular em 26 de setembro de 1991 e através da Lei Estadual nº 8.352, onde cerca de cinco mil eleitores compareceram às urnas situada na assembleia estadual de Santa Catarina para darem o sim da sua emancipação. Após a criação do Município, em 1992 foi realizada a primeira eleição municipal, sendo Ítalo Rafael Zaccaron escolhido para ocupar o cargo.

Os principais rios são: Cocal e Tigre, em cujos transcurso ocorrem algumas quedas d'água. O rio Tigre é responsável pelo abastecimento de água da cidade. O solo divide-se em arenoso e argiloso e as rochas existentes em maior abundância são as magmáticas (granito). A vegetação predominante é a da Mata Atlântica e o relevo é de planície.

Entre os símbolos municipais, destaca-se a bandeira. Na bandeira, o vermelho escarlate representa o trabalho, dinamismo e a perseverança do povo sul cocalense; o verde representa as florestas, as pastagens e as riquezas produzidas pela atividade agrícola; o amarelo representa as riquezas minerais, e por fim o azul representa os rios Tigre e Cocal, assim como suas nascentes.

Figura 1: Bandeira do Município de Cocal do Sul/SC



Fonte: Prefeitura de Cocal do Sul (2024).

Na figura abaixo é possível visualizar a localização de Cocal do Sul, sendo possível também verificar a proximidade do município junto ao Oceano Atlântico, ao Rio Grande do Sul, e as demais cidades Catarinenses.

Figura 2: Localização do município de Cocal do Sul/SC



Fonte: Wikipédia/2022.

3.2 ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA

A tabela 1 apresenta a estrutura demográfica do município de Cocal do Sul a partir dos dados do último Censo Demográfico disponibilizado em 2022.

Tabela 1 - Estrutura demográfica do município de Cocal do Sul e AMREC (2022).

	COCAL DO SUL	AMREC
População 2022 (Habitantes)	17.240	446.838
Área da unidade territorial (km²)	70,965	2.656,152
Densidade demográfica (hab/km²)	242,94	168,22

Fonte: IBGE (2022).

Conforme dados da tabela 01, o Município de Cocal do sul possui uma área territorial de 70,965 km², sendo um dos menores municípios do estado e do país, ocupando a posição 275^o e 5386^o respectivamente. Está situada a uma altitude de 58 metros acima do nível do mar, e entre suas principais estradas estão à rodovia SC-108, que liga Cocal do Sul a Urussanga e Criciúma, e a SC-442 ligando o município a Morro da Fumaça, caminho mais próximo para a rodovia BR-101. Localizado na Microrregião de Criciúma, é um dos doze municípios que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC). Os municípios que fazem limite são: Urussanga, Morro da Fumaça, Siderópolis e Criciúma, e esta localizada a 203 km da capital Florianópolis. Sua densidade demográfica de 242,94 hab/km² coloca a cidade na posição 28^o no estado e 321^o no Brasil entre as mais densas. Em um comparativo com a AMREC que apresenta densidade média de 168,22 hab/km², o município perde apenas para Baln. Rincão, Içara e principalmente Criciúma, com 913,26 hab/km² maior densidade da região. Em termos absolutos, Cocal representa apenas 3,86% e 2,67% respectivamente do total populacional e territorial da AMREC, enquanto de Santa Catarina representa apenas 0,22% e 0,74% da população e extensão territorial respectivamente.

A figura 3 exibe o mapa da AMREC e a localização do município de Cocal do Sul.

Figura 2 - Mapa da Região da AMREC



Fonte: CISAMREC (2024)

A tabela 2 apresenta os dados referentes ao número de habitantes residentes no município de Cocal do Sul, da região da AMREC e de Santa Catarina tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991, 2000, 2010 e 2022 do IBGE, permitindo comparar o crescimento populacional.

Tabela 2 - Evolução da população total do município de Cocal do sul, Amrec e Santa Catarina nos Censos de 1991, 2000, 2010 e 2022.

População	Cocal do Sul	Var. %	AMREC	Var. %	Santa Catarina	Var. %
Censo 1991	10.893		297.414		4.541.994	
Censo 2000	13.726	26,01%	345.375	16,13%	5.356.360	17,93%
Censo 2010	15.159	10,44%	401.714	16,31%	6.248.436	16,65%
Censo 2022	17.240	13,73%	446.838	11,23%	7.610.361	21,80%
VARIAÇÃO TOTAL	6.347	58,27%	149.424	50,24%	3.068.367	67,56%

FONTE: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022).

Conforme demonstrado pela tabela acima, Cocal do Sul no período de 1991 a 2022 teve um crescimento populacional de 6.347 habitantes, representando um crescimento de 58,27% no período analisado, cerca de 1,49% de crescimento ao ano. O crescimento populacional no período foi maior comparando com a população da AMREC (50,24%), porém cerca de 9,29% a menos ao comparar com o Estado (67,56%). Por meio da população total, outros fatores sócios demográficos podem ser verificados, como a distribuição da população por sexo e por situação de domicílio, conforme discriminado pela tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição da população total por sexo e situação de domicílio de Cocal do Sul, censos de 1991, 2000, 2010 e 2022.

Descrição	População (1991)	População (2000)	População (2010)	População (2022)
População total	10.893	13.726	15.159	17.240
Homens	5.523	6.853	7.523	8.449
Mulheres	5.370	6.873	7.636	8.791
Urbana	9.566	11.407	12.696	-
Rural¹	1.327	2.319	2.463	-

FONTE: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022).

De acordo com a tabela 3, para o ano de 2010 há uma leve predominância da população masculina em relação à feminina, representando 50,7% e 49,3% respectivamente, movimento que não se repetiu a partir dos próximos censos. Para o ano de 2022, a população feminina passou a representar cerca de 51% do total frente a 49% do total masculino. Em termos totais, o crescimento da população masculina foi de 52,9% enquanto o crescimento feminino foi de 63,7% indicando um ritmo acelerado da expansão feminina. Outro importante dado é quanto a situação de domicílio, representando a população residente em área urbana e rural, para os dados de 1991 a proporção era de 87,8% urbana e 12,2% rural, enquanto para o

¹ É necessário verificar a mudança na metodologia e na classificação quanto ao perímetro urbano e rural disponibilizado pelo IBGE, pois alterações nas definições locais e nas leis municipais podem impactar a categorização das áreas nos censos demográficos.

censo de 2010 (dados sobre situação de domicílio mais atual) a proporção foi de 83,7% urbana e 16,3% rural, indicando um leve crescimento da população rural ao longo dos anos. O crescimento da população rural de Cocal do Sul pode ser observado como um movimento atípico, já que comparando com seus pares o movimento foi o contrário, saindo de uma proporção de 24,62% para 10,66% para Amrec e de 29,36% para 16,01% para o estado de Santa Catarina.

Outro importante tema que é abordando nas características dos domicílios é em relação ao atendimento pelo sistema de saneamento básico, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) “O saneamento básico compreende os serviços de abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; limpeza urbana, coleta e destinação do lixo; e drenagem e manejo da água das chuvas” (ANA, 2024). O saneamento básico é um conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômicas de uma região, e está ligado a redução de doenças causadas pela contaminação da água e do esgoto, assim como na diminuição do impacto causado pelos resíduos sólidos (lixos) descartados incorretamente (FUNASA, 2017).

Tabela 4 - Percentual da população de Cocal do Sul atendida pelo sistema de saneamento básico para o ano de 2022.

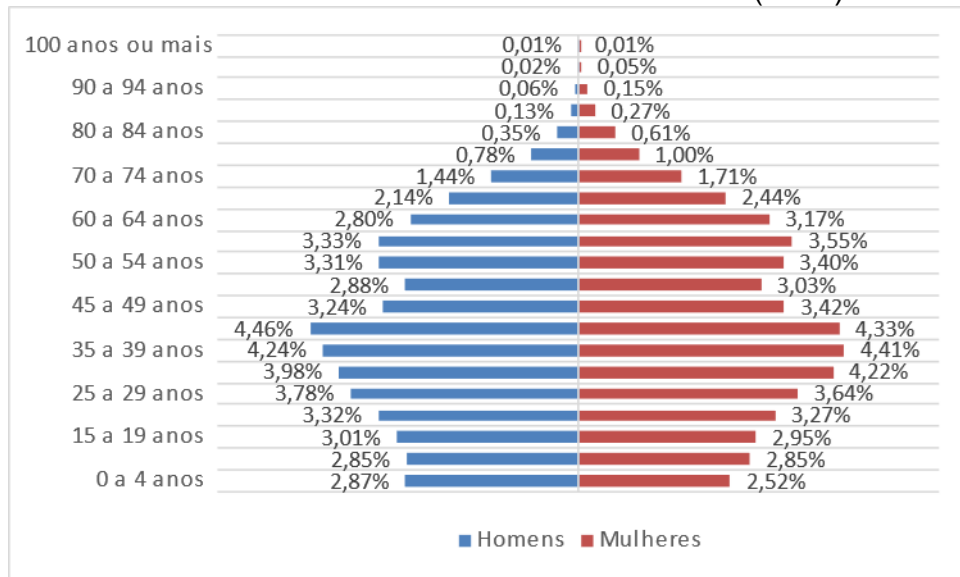
Serviços disponíveis	Cocal do Sul	Santa Catarina	Brasil
Abastecimento de água	99,03%	84,36%	83,88%
Coleta de esgoto	65,99%	54,34%	64,69%
Coleta de lixo	99,73%	96,73%	91,71%
Unidades com banheiro de uso exclusivo	99,94%	99,80%	98,11%

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022) e SNIS 2021.

A tabela 4 descreve o percentual da população total atendida pelo sistema de saneamento básico no ano de 2022. O resultado aponta que quase 100% de todas as residências analisadas possuem pelo menos 1 banheiro de uso exclusivo do domicílio, e que mais de 99% das residências contam com rede de coleta de lixo e abastecimento de água tratada, a grande dificuldade apresentada foi em relação a coleta de esgoto, atendendo apenas 66% da população. A coleta de esgoto vem sendo o grande desafio a ser corrigido pelo município, porém cabe ressaltar que o sistema de esgoto municipal foi construído em 2015, e com o passar dos anos e com

a sua expansão, mais casas serão atendidas. Comparando a nível estadual e nacional, Cocal do Sul fica a frente em todos os casos, até mesmo na coleta de esgoto, que tem sido sua principal dificuldade.

Gráfico 2 - Pirâmide etária de Cocal do Sul (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

Conforme o gráfico 2 da pirâmide etária destacado acima, é possível verificar a distribuição populacional do município em 2022 por meio da faixa etária, sendo possível observar a quantidade de pessoas em situação economicamente ativa, assim como a concentração na população na faixa etária criança e idosa. O gráfico demonstra que a maior parte da população concentra-se na faixa de 20 a 44 anos, com 6.837 indivíduos, representa cerca de 39,7% de toda a população. O pico de concentração da população masculina se dá na faixa dos 40 a 44 anos com 769 indivíduos, enquanto no sexo feminino o número é de 761 situado na faixa de 30 a 34 anos. A população mais jovem, englobando crianças, adolescentes e jovens presentes na faixa do 0 aos 19 anos, possuem 3957 indivíduos e cerca de 23% do total.

De acordo com Estatuto do Idoso previsto pela Lei nº 10.741 de 01º de outubro de 2003, é considerado idoso o cidadão com idade igual ou superior a 60 anos, sendo assim e com base no censo demográfico de 2022, a população idosa

de Cocal do Sul é 2.955 pessoas, ou 17,15% da população total. Com base nos dados é possível afirmar que o envelhecimento ainda não é um fator preocupante a ser enfrentado pelo município, já que a maior parte da população se concentra na faixa dos 20 a 44 anos, e que o número de jovens e crianças é cerca de 34% maior do que a população em idade idosa.

Tabela 5 - Distribuição da população por faixa de idade, município de Cocal do Sul, censo 2022.

Faixa de idade	População	%
População jovem e criança (faixa 0 á 19 anos)	3957	22,95%
População Adulta (faixa 20 á 59 anos)	10328	59,91%
População Idosa (faixa 60 á 100 anos +)	2955	17,14%

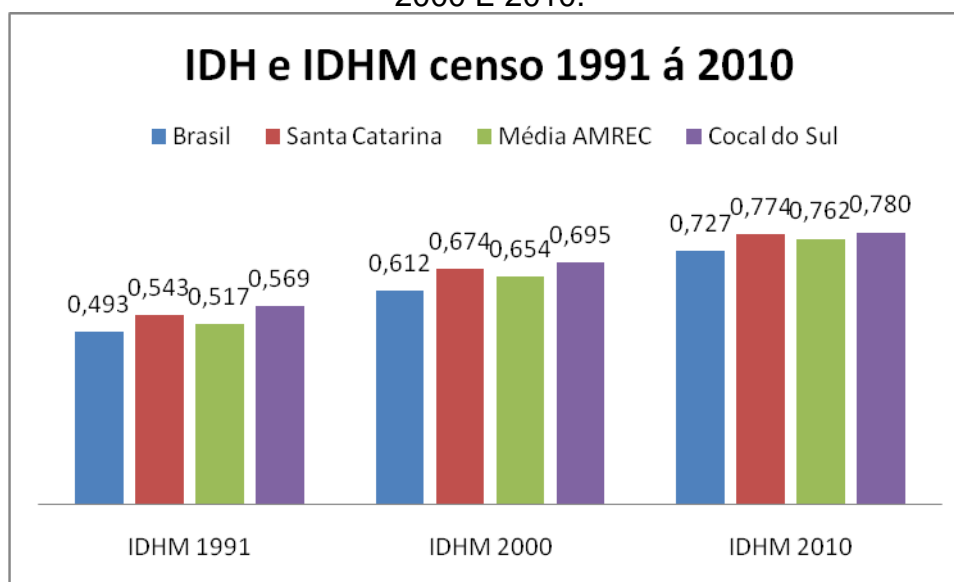
FONTE: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022).

A tabela 6 mostrará o IDH (índice de desenvolvimento humano) do município de Cocal do sul, nos períodos de 1991, 2000 e 2010, permitindo a análise do desenvolvimento socioeconômico do município ao longo dos anos, e comparando os resultados obtidos em nível regional, estadual e nacional. Conforme já descrito no item 2.1.4 do referencial teórico, segundo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que mede o progresso da humanidade ao longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, e pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Ainda segundo a PNUD (2024) o IDH tende a oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, que é o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, por considerar apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Scarpin e Slomski (2005, p. 3) complementam a importância do IDH dizendo que “o progresso de um país ou município não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que seus cidadãos possuem (ou carecem), mas também pela sua saúde, a qualidade dos serviços médicos e a educação.”

O IDH é constituído com base nos três pilares (saúde, educação e renda) e são mensurados da seguinte forma: Saúde – medido pela expectativa de vida da população; Educação – média de anos de educação recebidos durante a vida de pessoa a partir de 25 anos, expectativa de anos de escolaridade para crianças; Renda - medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de

paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2024). Para a análise serão utilizados o IDH e também o IDH-M (Índice de desenvolvimento humano municipal). O IDHM considera as mesmas três dimensões do IDH Global, porém adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Países com um IDH de até 0,499 são classificados como tendo baixo desenvolvimento humano, aqueles com um IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, enquanto aqueles com um IDH acima de 0,800 são categorizados como tendo alto desenvolvimento humano.

Gráfico 3 - IDH e IDHM de Cocal do Sul e região, com base nos censos de 1991, 2000 E 2010.



FONTE: Atlas Brasil (2022) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os dados referentes ao IDH e IDHM apresentados pelo Gráfico 2 demonstram que Cocal do Sul possui alto nível de desenvolvimento (0,700 a 0,799), além de apresentar os melhores resultados de desenvolvimento humano em todos os períodos analisados, em comparação com a média dos municípios da AMREC (ao qual ele faz parte), assim como também comparando ao estado de Santa Catarina e Brasil. De 1991 para o ano de 2000, o aumento no índice do município foi de 22,14% e de 12,23% de 2000 para 2010, já em relação ao todo foi um avanço de 37%. Em relação aos dados de 2010, entre os municípios integrantes a AMREC,

Cocal do Sul perde apenas para o município de Criciúma, já que o mesmo resultou em um IDHM de 0,788 um pouco acima dos 0,78 de Cocal. Este elevado IDHM de 2010 para Cocal do sul o torna como o 30º município entre os melhores IDHM do estado e entre os 128º em todo o Brasil.

O IDH por ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano, porém o mesmo não pode ser utilizado como medida absoluta, já que em sua composição faltam outros indicadores de desenvolvimento, assim como, por ser uma média, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país.

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH (PNUD, 2024).

Com o objetivo auxiliar no processo de maximização dos indicadores de sustentabilidade, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) criou em 2012, o sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável, o SIDEMS. Segundo Silva e Rosa (2000, p.03) esse sistema consiste em "uma ferramenta online direcionada aos agentes públicos, cidadãos e pesquisadores, que visa a monitorar o desenvolvimento dos municípios catarinenses na perspectiva da sustentabilidade."

Entre as contribuições promovidas pelo SIDEMS, destaca-se a criação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), que tem como principal objetivo verificar por meio de uma série de indicadores o grau de desenvolvimento sustentável de um município ou região, e auxiliar os agentes públicos a se situar em relação ao cenário futuro desejável e definir as prioridades locais (FECAM, 2024).

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações (ONU Meio Ambiente, 2020)

Para Silva et al. (2009), o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como um novo modelo de abordagem de se fazer negócios, sendo

responsável por promover a responsabilidade social e reduzir o uso de recursos naturais, reduzindo os impactos negativos sobre o meio ambiente e preservando o planeta para as futuras gerações. Para Alves et al. (2016), os conceitos de desenvolvimento sustentável convergem para a idéia de que um ambiente tem que ser economicamente viável, socialmente justo, culturalmente aceito, institucionalmente capacitado e ecologicamente equilibrado.

O IDMS é resultado da relação de quatro fatores determinantes do desenvolvimento, que são eles: Sociocultural, Econômica, Ambiental e Político Institucional. Estes quatro fatores se dividem em nove subdimensões, estas nove geram trinta indicadores que são resultados da avaliação de oitenta e quatro variáveis.

Quadro 1 - Composição do IDMS

DIMENSÃO	SUBDIMENÇÃO	INDICADORES	VARIÁVEIS
SOCIOCULTURAL 25%	Educação (45%)	4	19
	Saúde (35%)	4	16
	Cultura (10%)	4	11
	Habitação (10%)	2	6
ECONÔMICA 25%	Economia (100%)	3	10
AMBIENTAL 25%	Meio Ambiente (100%)	3	6
POLÍTICO- INSTITUCIONAL 25%	Participação Social (30%)	2	2
	Gestão Pública (30%)	5	7
	Finanças Públicas (40%)	3	7
4	9	30	84

Fonte: FECAM (2018).

Quanto a sua fórmula de cálculo, O IDMS "é apurado a partir do resultado da média aritmética de cada uma das quatro dimensões do desenvolvimento municipal levadas em consideração neste sistema. Considera-se que cada dimensão contribui de forma igual para a sustentabilidade local. Desta forma, cada Dimensão recebe peso 1 na composição da fórmula final." (FECAM, 2018, P. 12)

$$IDMS = \underline{IDMS_{sc} + IDMS_{E} + IDMS_{MA} + IDMS_{PI}}$$

4

IDMS = Índice de desenvolvimento municipal sustentável

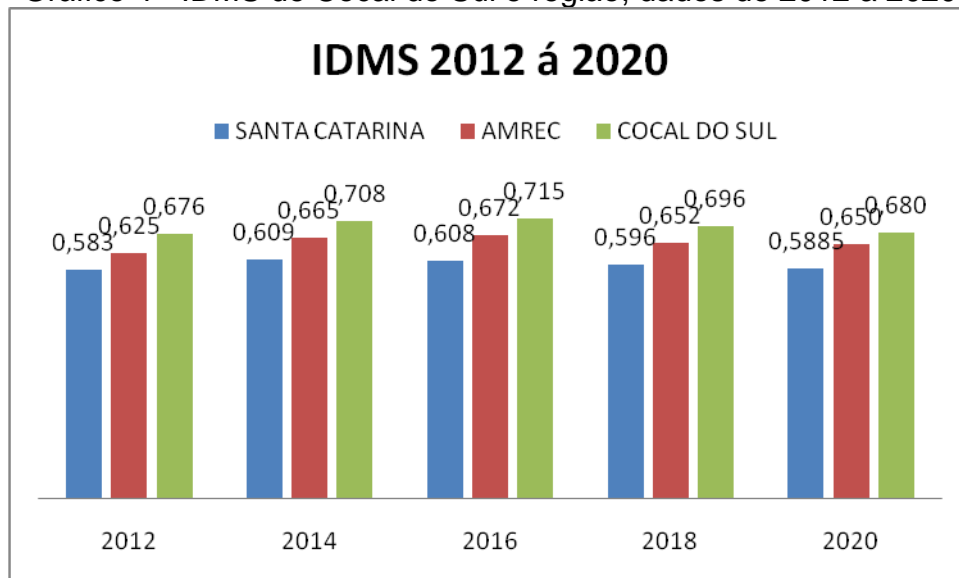
IDMSSC = Índice de desenvolvimento municipal sustentável sociocultural

IDMSE = Índice de desenvolvimento municipal sustentável Econômico

IDMSMA = Índice de desenvolvimento municipal sustentável Meio Ambiente

IDMSPI = Índice de desenvolvimento municipal sustentável Político Institucional

Gráfico 4 - IDMS de Cocal do Sul e região, dados de 2012 a 2020



Fonte: FECAM (2020).

Conforme observado no Gráfico 3 acima, o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) de Cocal do sul foi o que apresentou o maior resultado em toda a serie histórica, em comparação a média dos municípios que compõem a AMREC e também com o estado de Santa Catarina. Entre os municípios integrantes da AMREC, Cocal do Sul e Treviso alternam entre a primeira e a segunda posição dos maiores IDMS, ficando Cocal do Sul na 2ª posição nos anos de 2012, 2016, 2018 e 2020, e na 1ª colocação em 2014 quando seu IDMS foi de 0,708 frente a 0,704 de Treviso. Cocal do sul em 2012 ocupava a posição nº 22 entre os municípios de Santa Catarina com maior IDMS, já em 2020 passou a ocupar a posição nº 23, aumentando em 1º sua posição, porém mantendo-se entre os 25

municípios mais bem avaliados. O Gráfico 4 descrito abaixo trará o IDMS de Cocal do Sul separado por dimensão para o ano de 2020, sendo possível verificar quais áreas que mais necessitam de atenção.



Fonte: FECAM (2020).

Conforme o gráfico 4, os resultados obtidos quanto as variáveis componentes do IDMS podem ser classificadas em Baixos (0,000 - 0,499), Média Baixa (0,500 – 0,624), Média (0,625 – 0,749), Média Alta (0,750 – 0,874) e alto (0,875 – 1,000) sendo o melhor resultado obtido. Com base nisso, as dimensões apresentadas por Cocal do Sul para 2020 são Média alta (Sociocultural), média baixa (Político Institucional e Econômica) e o destaque negativo para a dimensão Ambiental ficando na Média Baixa, com 0,536 pontos muito próximo da faixa de classificação Baixa. Embora Cocal do Sul apresente crescimento no IDMS no comparativo entre 2012 (0,676) a 2020 (0,680), o resultado é o oposto em comparação a 2014 (0,708), 2016 (0,715) e de 2018 (0,696) indicando uma queda nos resultados com o passar do tempo. Tal movimento pode ser observado também nos municípios integrantes da AMREC e de Santa Catarina, que obtiveram seus maiores valores entre 2014 e 2016.

Quadro 2 - IDMS por dimensão e pontos de atenção para Cocal do Sul (2020)

Dimensão	Subdimensão e pontuação	Principais pontos de atenção
Sociocultural	Educação - 0,898	Abandono Escolar - Ensino Médio
	Saúde - 0,739	Incidência de Hipertensão; Mortalidade por Câncer.
	Cultura - 0,374	Plano municipal e fundo municipal de cultura; Baixa infraestrutura de cultura.
	Habitação - 0,958	Indicador OK

Econômica	Economia - 0,686	ICMS e ISS Per Capita; Baixo crescimento do PIB (Base 2018); Baixa evolução empregos formais.
Ambiental	Meio Ambiente - 0,536	Domicílios com acesso à Rede de esgoto; Áreas de matas e florestas preservadas nas propriedades agropecuárias.
Político Institucional	Finanças Públicas - 0,717	Receita corrente líquida Per Capita; Investimento público Per Capita.
	Gestão Pública - 0,914	Disponibilização de serviços no portal do município.
	Participação Social - 0,466	Participação da população nos pleitos eleitorais; representatividade de gênero entre os vereadores.

Fonte: FECAM (2020).

O quadro 2 demonstra os dados referente ao IDMS de Cocal do Sul para o ano de 2020, além de trazer a pontuação que cada subdimensão obteve para compor o indicador, e os principais pontos de atenção que precisam ser resolvidos para melhorar o índice. Para a dimensão Sociocultural o pior resultado obtido foi no campo cultural (0,374), resultado de uma carência em investimento na infraestrutura da cultura, assim como ausência de planos e fundos exclusivos para mesma área. Em seguida a dimensão Econômica, com resultado de 0,686 puxado pelo baixo ICMS e ISS Per Capita, pelo crescimento negativo do PIB em 2018 ano utilizado como base (obs: em 2018 o PIB caiu 6,88% e cresceu 3,97% em 2019 segundo IBGE 2019), e baixa evolução dos empregos formais.

Em terceiro vem a dimensão Ambiental, composta somente pela subdimensão Meio Ambiente (0,536), apresentando as principais dificuldades nas áreas de domicílios com acesso à rede de esgoto, e o baixo nível de preservação de mata e florestas em áreas de propriedades agropecuárias. Por fim a dimensão Político Institucional, composta por: Finanças Públicas (0,717), Gestão Pública (0,914) e Participação Social (0,466). Entre os principais desafios dessa área destacam-se: Receita líquida e investimento per capita; Disponibilização de serviços no portal do município; Participação da população nos pleitos eleitorais e representatividade de gênero entre os vereadores.

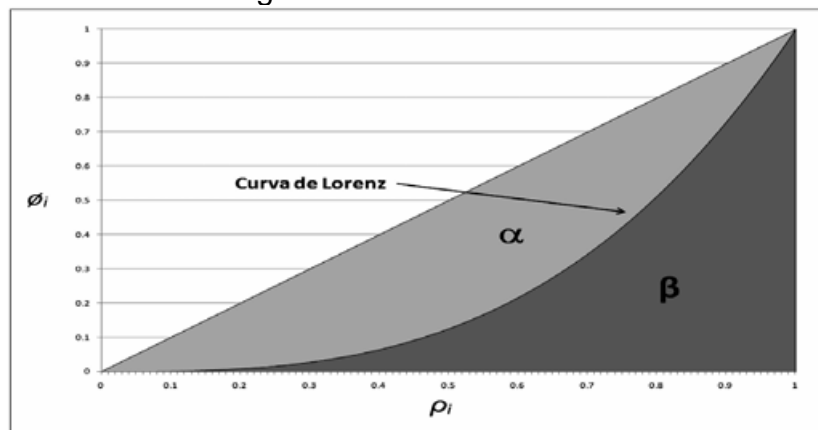
Outro importante indicador socioeconômico que pode ser utilizado para mensurar o desenvolvimento de uma região é o Índice de Gini, a fim de verificar a desigualdade na distribuição de renda de uma população. Desenvolvido pelo

estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912, o coeficiente de Gini é um dos principais índices de desigualdade utilizados (IPECE, 2015). O índice de Gini geralmente é utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de renda, porém, pode ser utilizado também para verificar a concentração de terra, riqueza, entre outros (IPECE, 2015).

Assim como o IDH e o IDMS, o índice resulta em um valor que varia entre 0 e 1, porém diferentemente dos outros indicadores que o resultado mais próximo de 1 é melhor, no índice de Gini o valor 1 corresponde á completa desigualdade (Completa concentração), enquanto o 0 representa a igualdade completa (IPECE, 2015).

Segundo Nishi (2010) o cálculo do coeficiente é baseado na Curva de Lorenz, que é uma curva que mostra como a proporção da renda varia em relação a proporção do acúmulo da população. No eixo X desta curva dispõem-se em ordem crescente os percentuais acumulados da população, enquanto no eixo Y os percentuais acumulados da renda. No centro é traçado uma reta a 45 graus que indica o a perfeita igualdade, enquanto a outra linha indica a concentração, interseção dos pontos X e Y (NISHI, 2010).

Figura 3 - Curva de Lorenz



Fonte: IPECE (2015).

Com base nos dados de α e β o cálculo do coeficiente de Gini é bem simples, basta dividir a área de concentração (α) pela área total do triângulo,

resultando em um número que varia entre $0 \leq G \leq 1$ que determina o nível de concentração (NISHI, 2010).

$$G = \frac{\alpha}{\alpha + \beta}$$

Tabela 6 - Análise da distribuição de renda e pobreza no município de Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil nos Censos de 1991, 2000 e 2010

Descrição	Cocal do Sul			Santa Catarina			Brasil		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,42	0,40	0,37	0,55	0,56	0,49	0,63	0,64	0,60
Renda per capita (R\$)	434,9 8	556,5 0	833, 24	449,7 8	693,8 2	983,9 0	447,5 6	592,4 6	793,8 7
% de vulneráveis á pobreza	38,74 %	23,85 %	8,42 %	49,34 %	31,40 %	12,36 %	58,53 %	48,39 %	32,56 %
% de pobres	9,40 %	5,58 %	1,82 %	25,32 %	12,79 %	3,65 %	38,16 %	27,90 %	15,20 %
% de extremamente pobres	1,51 %	0,97 %	0,88 %	9,26 %	3,82 %	1,01 %	18,64 %	12,48 %	6,62 %

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022).

Para a classificação dos níveis de pobreza, “o Atlas do Desenvolvimento Humano considerada extremamente pobre, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010)” (ATLAS, 2022). Conforme observado na tabela 6, houve um considerável avanço no Índice para Cocal do Sul, reduzindo em 0,05 pontos no comparativo entre 1991 e 2010. Para o ano de 2010, em comparação com o estado de Santa Catarina a diferença foi de - 0,12 (0,49 de SC) e de - 0,23 pontos (0,60 do BR) indicado que além de estar reduzindo a desigualdade ao longo dos anos, também apresenta uma grande diferença em comparação estadual e nacional. Em relação a renda per capita municipal, o crescimento foi de R\$398,26 (91,55%) indicando no período de 20 anos a renda quase dobrou, crescimento maior que a nível nacional R\$346,31 (77,38%), porém menor que do estado R\$534,12 (118,75%). Comparativamente foi o que apresentou os melhores índices em relação à pobreza, possuindo a menor taxa da população em situação vulnerável, pobre e extremamente pobre. A parcela da população

vulnerável do município foi de 38,74% em 1991 para 8,42% em 2010 (redução de 78,26%), dos pobres foram de 9,40% em 1991 para 1,82% em 2010 (redução de 80,63%) e dos extremamente pobres de 1,51% em 1991 para 0,88% em 2010 (redução de 41,72%). Cocal do Sul ocupa as posições 148º e 169º entre os municípios com menor % de pessoas em situação de vulnerabilidade e de pobreza respectivamente.

Conforme abordado anteriormente no item 2.2.2, a Agenda 2030 é um importante plano de ação global adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: econômica, social e ambiental. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas, que os Estados-membros da ONU se comprometeram a alcançar até 2030 (ONU, 2015).

Similarmente ao IDMS, os ODS Também medem desenvolvimento sustentável do município com base nos quatro pilares: Ambiental, Econômica, Institucional e Social. Enquanto o IDMS utiliza Indicadores específicos escolhidos conforme a realidade local para refletir o desenvolvimento sustentável municipal, o ODS utiliza uma metodologia global adaptados a contextos nacionais, sendo, portanto, mais abrangentes. Por trabalhar variáveis diferentes ao IDMS, os ODS podem ser compreendidos como uma forma complementar de análise dos indicadores. A figura 4 descrita abaixo, trás o panorama dos ODS de Cocal do Sul para o ano de 2023.

Figura 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Cocal do Sul



Conforme observado na figura acima, Cocal do sul para o ano de 2023, apresentou apenas 1 dos objetivos classificados como muito alto (80 a 100), seguido de 5 objetivos no ranking alto (60 a 79,99), 4 objetivos no médio (50 a 59,99), 1 objetivo no baixo (40ª 49,99), 5 objetivos no muito baixo (0 a 39,99) enquanto proteção a vida marinha não há informações, devido a cidade não ser costeira. Em termos gerais, a pontuação geral obtida foi de 49,06 de 100, classificação Baixa, colocando Cocal do sul na posição 151 entre os municípios mais desenvolvidos de Santa Catarina, e na posição 1.861 entre os estados brasileiros. Entre os membros da AMREC, Cocal do Sul ficou a frente apenas de Nova Veneza e Siderópolis, ficando atrás dos demais municípios membros.

Quadro 3 - ODS com pior avaliação ano 2023

Item 2	Erradicar a fome	Obesidade infantil
		desnutrição infantil
		Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica
		Produtores de agricultura família com apoio do PRONAF
Item 6	Água Potável e saneamento	Perda de água tratada
		População atendida com esgoto sanitário
		percentual de tratamento de esgoto
Item 9	Indústria, Inovação E Infraestrutura	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante

		Participação dos empregos em atividades de conhecimento e tecnologia
Item 15	Proteger a Vida Terrestre	Taxa de áreas florestadas e naturais
		Unidades de conservação de proteção integral e uso Sustentável
Item 17	Parcerias para Implementação dos Objetivos	Investimento público per capita
		Arrecadação de receita Municipal per capita

Fonte: IDSC-BR. Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro acima descreve os 5 objetivos do ODS classificados no Muito Baixo (0 a 39,99) portanto sendo os piores indicadores para o município. São eles erradicar a fome, água potável e saneamento, indústria inovação e infraestrutura, proteger a vida terrestre e parcerias para a implementação dos objetivos. No objetivo nº 2, dois novos problemas são trazidos ao estudo, relacionados a agricultura familiar e agricultura orgânica. No objetivo nº 6, os problemas observados já são os mesmos identificados anteriormente, sendo eles relacionados a rede e tratamento de esgoto. No objetivo nº 9º, além do investimento público em infraestrutura já abordado anteriormente, a participação em empregos em atividades com uso intenso de nível de conhecimento e tecnologia. No objetivo nº 15, taxa de florestas naturais por habitantes, e unidades de território em conservação e uso sustentável demonstram a necessidade do município em aumentar esforços em investimentos na proteção, conforme já demonstrado no IDMS. E por fim Objetivo nº 17, demonstrando a necessidade de maiores investimentos público per capita, assim como também a maior necessidade de arrecadação de impostos per capita.

3.3 EDUCAÇÃO

O município de Cocal do Sul garante aos seus moradores o acesso a educação básica, contemplando crianças desde o ensino infantil, até jovens e adultos com o ensino médio e técnico disponibilizado pelas escolas. O ensino infantil e fundamental está distribuído em 10 diferentes bairros no município, localizados na região urbana, enquanto o ensino médio é garantido gratuitamente pela escola Estadual Professor Padre Schuler, e de modo particular pelos colégios Maximiliano Gaidzinski, Colégio Cocal e APAE de Cocal do sul, este último que presta Atendimento Educacional Especializado a pessoas com algum tipo de deficiência.

O Quadro abaixo demonstra o número de escolas disponíveis no município, assim como a sua distribuição por meio do tipo de ensino:

Quadro 4 - Número de instituições de ensino e por administração em Cocal do Sul para 2024

Administração		Distribuição por ensino	
Municipal	12	Ensino infantil	10
Estadual	2	Ensino fundamental	6
Particular	3	Ensino médio	2
		Ensino técnico	1
		Ensino superior	0
Total	17	Total	19

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados municipais (2024).

O ensino técnico é ofertado pelo Colégio Maximiliano Gaidzinski, que disponibiliza cursos técnicos na área de cerâmica e eletromecânica. Os cursos técnicos são ofertados gratuitamente para os alunos da instituição, porém, para fazer o ensino médio na instituição é cobrado mensalidade, já que a mesma é privada. Já em relação ao ensino superior, Cocal do Sul não possui nenhuma instituição de ensino, porém disponibilizam gratuitamente transporte escolar para Criciúma e Tubarão, cidades onde há faculdades e universidades. Uma das maneiras de mensurar a qualidade educacional de um município é analisando a taxa de analfabetismo que é a proporção de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas de uma região, assim como sua evolução ao passar dos anos.

Tabela 7 - Taxa de analfabetismo Cocal do Sul e região, Censo de 1991, 2000 e 2010

Ano	Taxa de Analfabetismo (%)			
	Cocal do Sul	Média AMREC	Santa Catarina	Brasil
1991	6,78	8,96	9,2	19,3
2000	4,5	5,28	5,8	12,8
2010	2,7	3,74	4	9,4

Fonte: Censo demográfico – IBGE (1991, 2000 e 2010).

Segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo é resultado do percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade em relação à população total de mesma faixa etária, que não sabem ler e escrever pelo menos um simples bilhete no idioma que conhecem. Segundo a tabela nº 7, foi-se observada uma redução na proporção de 6,78% apresentados para 1991 para 2,7% em 2010, resultando em uma queda de 60,17% da taxa. Para o ano de 2010, o município mantém-se como a menor taxa comparando Cocal a Santa Catarina (4%), Brasil (9,4%) e seus pares da AMREC (3,74%), apresentando também a 2º menor taxa entre a região carbonífera, ficando atrás apenas de Treviso (2,4%), além de garantir ao município posição nº 20 entre os municípios do estado com menor taxa de analfabetismo.

Com o objetivo de verificar a qualidade do ensino público disponibilizado para a população, foi criado em 2007 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reunindo em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (INEP, 2024).

Ainda segundo o INEP (2024), o Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, que são obtidos por meio do Censo escolar, e por meio das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que é resultado de uma prova de aprendizado nas matérias de português e matemática. O resultado do cálculo varia de 0 a 10, sendo atribuído alcançar a média 6 como meta para 2022 - valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

Figura 5 - Fórmula de cálculo do Ideb

$$\frac{(\text{Por.} + \text{Mat})}{2} \times \text{Taxa de Aprovação} = \text{Ideb}$$

Fonte: Ideb, INEP (2021).

Tabela 8 - Série histórica do IDEB para Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil, período 2007 a 2021

ANO	Cocal do Sul				Santa Catarina				Brasil			
	Anos Iniciais		Anos finais		Anos Iniciais		Anos finais		Anos Iniciais		Anos finais	
	IDE B	MET A	IDE B	MET A	IDE B	MET A	IDE B	MET A	IDE B	META	IDE B	MET A
2007	5.1	4.6	4.5	4.0	4,9	4,5	4,3	4,3	4,2	3,9	3,8	3,5
2011	6.1	5.3	4.9	4.5	5,8	5,2	4,9	4,7	5	4,6	4,1	3,9
2015	6.4	5.8	5.0	5.2	6,3	5,8	5,1	5,5	5,5	5,2	4,5	4,7
2019	6.5	6.3	5.5	5.7	6,5	6,3	5,1	6	5,9	5,7	4,9	5,2
2021	6.6	6.6	5.7	5.9	6,5	6,5	5,3	6,2	5,8	6	5,1	5,5

Fonte: Ideb, INEP (2021).

O município de Cocal do Sul vem apresentando bons resultados em termos de qualidade de ensino medido pelo IDEB, apresentando resultados iguais ou superiores comparados ao estado, com exceção apenas ao IDEB anos finais de 2015 (diferença de 0,1 na nota), e resultados significativamente maiores comparados a média do país. Segundo INEP (2007), foi estabelecido como meta alcançar 6 pontos até 2022, portanto com base nos dados de 2021 do município a meta já foi alcançada para os anos iniciais (crianças do 1º ano até o 5º ano) e para os anos finais (6º ao 9º ano) com resultado de 5,7 bem próximo da meta estabelecida. Analisando separadamente as instituições estaduais e municipais presentes no município, o resultado de 2021 para as escolas estaduais foram de 6,3 e 5,2 para os anos iniciais e finais respectivamente, enquanto para as municipais o resultado foi de 6,8 e 6,0 indicando assim a maior eficiência do município em promover ensino de qualidade superior ao empregado pelo estado.

3.4 SAÚDE

O acesso a saúde é um direito universal garantidos a todos os Brasileiros e residentes, sendo dever do estado, direito este garantido por meio da Constituição Federal de 1988. Por meio do Art. 196 a definição de saúde é feita como "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL,

1988). Já o Artigo 197 da CF destaca o papel do estado na fiscalização do serviço, "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado por meio da Constituição Federal de 1988, "é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, [...] garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

Cocal do Sul disponibiliza atendimento gratuito para a sua população por meio de um posto de atendimento funcionando 24 horas, localizado no centro da cidade, e mais 7 Unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF), distribuídos em 7 diferentes bairros espalhados pela cidade. A Prefeitura de Cocal do Sul (2024, p. 4746) define as ESF como:

[...] composta por equipe multiprofissional com, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS), além dos profissionais de saúde bucal (ou Equipe de Saúde Bucal-ESB): cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Quadro 5 - Estabelecimentos de saúde em Cocal do Sul em 2024

N° de Estabelecimentos	Descrição	População apx. Atendida
1	ESF Vila Nova	3.350
2	ESF Jardim Elizabeth	2.280
3	ESF Jardim Itália	3.500
4	ESF Horizonte	2.500
5	ESF Guanabara	2.400
6	ESF Centro	2.800
7	ESF Cristo Rei	2.200
8	Unidade de pronto Atendimento 24H - Centro	17.240

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da prefeitura de Cocal do Sul (2024).

Há vários exames e consultas com especialistas que são disponibilizados gratuitamente para a população cocalense, e caso os exames não possam ser feitos no município por não possuir determinado exame, o mesmo pode ser encaminhado para realizar em Urussanga ou Criciúma. Consultas com psicólogos, psiquiatras, ortopedistas, geriátricos, fisioterapeutas entre outros são exemplos de alguns tipos de consultas oferecidos gratuitamente pelo município. Outro importante indicador do campo da saúde e que é utilizado para mensurar o desenvolvimento social é a taxa de mortalidade total e a taxa de mortalidade infantil. Segundo o Ministério da Saúde (2021) a taxa de mortalidade infantil é um importante indicador de saúde e condições de vida de uma população, e que elevados valores indicam condições de vida e saúde precárias, bem como um baixo nível de desenvolvimento social e econômico. Além disto, a taxa de mortalidade infantil é um dos principais componentes do IDH, do IDMS e do IDSC.

Tabela 9 - Taxa de mortalidade infantil em Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil (1996-2022)

Ano	Cocal do Sul			Santa Catarina			Brasil		
	Nascidos	Mortes	Taxa	Nascidos	Mortes	Taxa	Nascidos	Mortes	Taxa
1996	218	0	0	100.310	1.763	17,58	2.945.425	75.024	25,47
2000	227	2	8,81	94.828	1.490	15,71	3.206.761	68.199	21,26
2010	167	3	17,96	84.611	888	10,5	2.861.868	39.870	13,93
2011	180	1	5,56	87.481	1.033	11,81	2.913.160	39.716	13,63
2012	182	0	0	88.772	942	10,61	2.905.789	39.123	13,46
2013	196	4	20,41	89.875	940	10,46	2.904.027	38.966	13,42
2014	216	3	13,89	93.232	943	10,11	2.979.259	38.432	12,9
2015	212	3	14,15	97.223	965	9,93	3.017.668	37.501	12,43
2016	195	1	5,13	95.313	834	8,75	2.857.800	36.350	12,72
2017	202	3	14,85	98.335	976	9,93	2.923.535	36.223	12,39
2018	212	0	0	99.609	950	9,54	2.944.932	35.864	12,18
2019	193	1	5,18	98.032	942	9,61	2.849.146	35.293	12,39
2020	200	3	15	97.916	913	9,32	2.730.145	31.439	11,51
2021	220	3	13,64	96.499	891	9,23	2.677.101	31.856	11,9
2022	193	3	15,54	98.202	961	9,79	2.561.922	32.257	12,59
SOMÁTARIO 1996 A 2022	5.135	54	10,52	2.474.782	30507	12,33	79.637.102	1.293.118	16,24

Fonte: Sistema de informações sobre Mortalidade – SIM (2022).

A tabela 9 demonstra os dados referentes ao número de nascimentos e óbitos registrados no município, no estado e no Brasil no período de 1996 até 2022.

Com base nos dados de nascimentos e óbitos, é calculada a taxa de mortalidade infantil, que expressa a quantidade de óbitos registrados de crianças menores de 1 ano de vida para cada mil nascidas vivas. Os dados referentes à Cocal do Sul mostram que a taxa de mortalidade infantil varia bastante de ano para ano, ficando bem evidente observando o ano de 2012 que foram registrados 0 óbitos e taxa 0 também, já em 2013 (um ano depois), foram registradas 4 mortes e taxa de 20,41 sendo a maior para o período analisado. Na análise de ano por ano, fica impreciso a comparação a nível estadual e nacional, pois o desvio padrão apresentado no município é muito grande. Para melhorar a qualidade de comparação foram selecionados dados referentes a 1996 até 2022 e efetuada a taxa total do período, resultando em uma taxa de 10,52 para Cocal do Sul, 14,67% menor em relação à Santa Catarina (12,33) e 35,22% comparado ao Brasil (16,24). Para o ano de 2022, o município ficou na posição 72º entre os estados catarinenses e 1795º entre a totalidade brasileira na classificação entre as menores taxas. Ainda em relação o número de óbitos, outra variável de suma importância é o número de óbitos totais, sendo possível em determinado período visualizar o número de óbitos ocorridos e as causas da morte, assim como comparar a variação de ocorrências em um período para outro.

Quadro 6 - Número de óbitos e causa de morte em Cocal do Sul (2000-2022)

Ano	Nº casos	Maiores causas de óbitos - Classificação pelo CID-10	
2000	59	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório
2001	53	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2002	58	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório
2003	67	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2004	67	Doenças do aparelho circulatório	Sintomas, sinais e achados anormais de laboratórios.
2005	59	Doenças do aparelho circulatório	Causas externas de morbidade e de mortalidade
2006	51	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2007	80	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2008	69	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2009	64	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2010	90	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2011	64	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2012	78	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]

2013	69	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2014	87	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2015	79	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2016	90	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2017	96	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2018	80	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2019	82	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
2020	116	Doenças do aparelho circulatório	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
2021	120	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Doenças do aparelho circulatório
2022	109	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasmas [tumores]
Total	1787		

Fonte: Sistema de informações sobre Mortalidade – SIM (2022).

O quadro 4 traz um panorama em relação quantidade de óbitos ocorridos em Cocal do Sul no período de 2000 até 2022, assim como as principais doenças responsáveis pelos óbitos. As causas dos óbitos são classificadas segundo a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e tem como principal objetivo padronizar a nomenclatura das doenças para simplificar sua identificação globalmente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Os dados de óbitos para Cocal do Sul vêm apresentando um aumento ao longo dos anos, saindo de uma média de 60 óbitos para o período de 2000 a 2009, para uma média anual de 80 óbitos de 2010 a 2019. O aumento relativo de óbitos de 2000 (59 casos) para 2019 (82 casos) foram de 38,98%, indicando que a taxa de óbitos vem crescendo acima do crescimento populacional, que no mesmo período teve um crescimento de 21,52%, saindo dos 13.726 habitantes para 16.680 em 2019. A partir de 2020 o município, assim como o restante do país e do mundo enfrentaram as consequências do COVID-19 elevando de 82 para 116 o número de óbitos entre 2019 e 2020, um aumento de mais de 41% de um ano para outro. Do período de 2000 até 2019 as causas de mortes mais comuns registradas no município eram de doenças do aparelho circulatório (507 casos 35,15% total), Neoplasias (tumores) com o total de 312 casos (21,63%) e doenças do aparelho respiratório com total de 155 casos (10,75%). Já no período de 2020 a 2021, período mais crítico da COVID-19, os maiores violões foram: Algumas doenças infecciosas e parasitárias com 69 casos (29,23%) e doenças do aparelho circulatório com 61 casos (25,84%). No período total analisado (2000 a 2022),

Doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 33,58% do total (600 casos), seguidos por Neoplasmas (tumores) com 21,04% do total (376 casos) e Doenças do aparelho respiratório com 10,63% (190 casos), sendo os 3 casos responsáveis por 65% de óbitos no município.

3.5 ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

Nesta seção a seguir, serão analisados e expostos os dados econômicos da cidade de Cocal do Sul, como PIB (produto interno bruto), divisão por setores, e dados socioeconômicos como número de empregos e salário médio por setor. A análise dos dados quantitativos apresentados nesta seção servirá para verificar se houve crescimento na produção total e setorial do município, assim como possibilitar analisar se esses ganhos gerais da economia se transformaram em melhorias quanto a número de empregos e rendimento médio dos trabalhadores. A Tabela 10 demonstra o PIB (Produto Interno Bruto) de Cocal do Sul, Santa Catarina do Brasil entre os anos de 2002 a 2021.

Tabela 10 - Produto Interno Bruto a preços correntes de Cocal do Sul, Santa Catarina e Brasil período 2002-2021 (valores em milhões de R\$)

Ano	Cocal do Sul	Var. anual	Santa Catarina	Var. anual	Brasil	Var. anual
2002	109,91		54.482		1.488.787	
2007	214,01	94,71%	103.728	90,39%	2.720.263	82,72%
2010	342,34	59,97%	153.726	48,20%	3.885.847	42,85%
2011	385,29	12,54%	174.068	13,23%	4.376.382	12,62%
2012	393,69	2,18%	191.795	10,18%	4.814.760	10,02%
2013	468,44	18,99%	214.512	11,84%	5.331.619	10,73%
2014	593,53	26,70%	242.553	13,07%	5.778.953	8,39%
2015	589,20	-0,73%	249.080	2,69%	5.995.787	3,75%
2016	604,41	2,58%	256.755	3,08%	6.269.328	4,56%
2017	706,08	16,82%	277.270	7,99%	6.585.479	5,04%
2018	657,44	-6,89%	298.227	7,56%	7.004.141	6,36%
2019	683,55	3,97%	323.264	8,40%	7.389.131	5,50%
2020	703,62	2,94%	349.275	8,05%	7.609.597	2,98%
2021	885,04	25,78%	428.571	22,70%	9.012.142	18,43%

Fonte: IBGE (2021).

Conforme tabela 10, O PIB de Cocal do Sul diferentemente do apresentado por Santa Catarina e pelo Brasil, não apresenta uma linearidade quanto a sua taxa de crescimento anual, sendo em alguns anos observado um crescimento de 26,70% em 2014 para 2013, e 25,78% de crescimento de 2021 para 2020, porém em alguns anos o movimento foi de retração, conforme observado em 2015 e 2018 em que o PIB municipal caiu -0,73% e -6,89% respectivamente. Analisando o indicador em uma janela de 10 anos, o PIB municipal de 2002 a 2011 cresceu de R\$ 109,91 Milhões para R\$ 385,29 Milhões, crescimento de 250% no período e uma taxa anual de 13,36%. Já para a janela de 2012 a 2021 o PIB saltou dos R\$ 393,69 Milhões para R\$ 885,04 Milhões, crescimento de 124% no período e uma taxa anual de 8,43%. No período total (2002-2021) Cocal do Sul cresceu 705,24% e cerca de 11% ao ano, um pouco acima de Santa Catarina que no período cresceu 686,63% a uma taxa anual de 10,86% e do Brasil com 505,33% total e anual de 9,42%, indicando que o município embora apresente momentos de crescimento e recessão do produto, no período analisado de 20 anos Cocal do Sul foi o que apresentou maior crescimento.

Entre as formas de mensuração do PIB o IBGE baseia o seu cálculo pela ótica do produto, verificando os valores brutos que são adicionados pelos três

grandes setores da atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços, e, além disso, os valores brutos adicionados pela Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido a grande participação que esses setores têm na economia municipal.

“São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, o PIB e o PIB per capita. Destaca-se o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal (IBGE 2021).

Tabela 11 - Valor Adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica em Cocal do Sul (2002-2021)

Ano	Agropecuária (R\$ Milhões)	Indústria (R\$ Milhões)	Serviços (R\$ Milhões)	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	PIB (R\$ milhões)
2002	6,987	38,751	37,771	17,255	9,147	109,911
2007	8,527	88,828	62,732	31,220	22,698	214,005
2010	14,328	134,861	107,190	42,268	43,693	342,340
2011	11,659	172,161	108,566	47,497	45,403	385,285
2012	10,480	175,343	119,192	52,153	36,522	393,689
2013	24,833	180,618	143,878	58,980	60,130	468,438
2014	18,639	237,560	171,465	64,134	101,733	593,531
2015	21,493	235,341	174,365	69,328	88,669	589,196
2016	22,863	236,541	183,403	75,333	86,271	604,411
2017	14,505	241,738	262,837	82,336	104,666	706,082
2018	18,657	243,215	217,788	84,375	93,401	657,435
2019	25,310	245,579	232,869	88,506	91,288	683,552
2020	28,249	260,737	235,512	90,177	88,941	703,615
2021	32,311	326,054	289,640	103,193	133,842	885,040

Fonte: IBGE (2021).

De acordo com a tabela 09, os setores com maior participação econômica no município são em primeiro a Indústria, seguido pelo setor de serviços, administração pública e agropecuária, seguindo a ordem da maior para menor participação. Para o ano de 2021, o setor industrial adicionou R\$326 Milhões, representando 36,84% do total produzido no município, seguido pelos serviços com R\$289 Milhões

adicionados e 32,72% do total, seguidos pela administração pública e agropecuária adicionando R\$103 Milhões e R\$32 Milhões respectivamente, representando 11,66% e 3,65% respectivamente.

O setor industrial segue sendo como a principal atividade econômica desempenhada no município, com exceção apenas para o ano de 2017 em que os serviços ficaram na frente (R\$262 Milhões x R\$241 Milhões), no restante dos anos de 2002 a 2021, foi o setor industrial que concentrou a maior parte da geração de riqueza, já que o crescimento do setor industrial acaba puxando direta e indiretamente o crescimento dos outros setores, além de aumentar a sua contribuição no pagamento de impostos. No período analisado, o crescimento da indústria foi de 741%, serviços de 667%, administração de 498% e por último a agricultura com crescimento de 362%. O destaque negativo para os setores produtivos cocalense ficou para o setor agropecuário, embora tenha registrado crescimento de 362%, teve a sua participação no total reduzida, passando dos 6,35% em 2002 para 3,65% em 2021.

Tabela 12 - Valores em Dólares Americanos referente à exportação de produtos produzidos em domicílio fiscal em Cocal do Sul (2000-2023)

COCAL DO SUL	US\$ FOB (mil)
2000	USD 45.287,37
2001	USD 38.521,99
2002	USD 44.935,31
2003	USD 48.964,73
2004	USD 63.836,91
2005	USD 76.609,44
2006	USD 84.849,43
2007	USD 64.363,80
2008	USD 49.432,10
2009	USD 31.477,64
2010	USD 29.797,91
2011	USD 31.513,30
2012	USD 26.470,77
2013	USD 22.936,98
2014	USD 23.099,07
2015	USD 26.478,25
2016	USD 30.112,19
2017	USD 32.922,37

2018	USD 33.678,82
2019	USD 31.444,83
2020	USD 33.968,53
2021	USD 39.251,97
2022	USD 46.731,81
2023	USD 35.429,18

Fonte: Comex Stat (2024).

A tabela 12 demonstra os dados referente a exportação no município em dólares americanos efetuados por empresas com domicílio fiscal em Cocal do Sul. Segundo IPEA (2024) Os dados municipais cadastrados referem-se ao domicílio fiscal da empresa responsável pela operação de exportação ou importação. Ou seja, eles se relacionam com o domicílio fiscal da empresa que realizou a operação de exportação ou importação e não com o local onde se produziu a mercadoria. Já em relação ao preço, ele é calculado em dólares americanos e utiliza a modalidade FOB (Free on Board), modalidade na qual o exportador é responsável por embarcar a mercadoria enquanto o importador assume o pagamento do frete, seguros e demais custos pós-embarque (IPEA, 2024).

Os dados referentes à exportação municipal vêm oscilando bastante ao longo da serie analisada, variando dos US\$22 Milhões em 2013 (menor patamar) até US\$84 Milhões em 2006 (maior patamar), sendo que a média observada nos últimos 10 anos (2014 a 2023) foram de US\$33 Milhões, já a média para os 10 primeiros anos (2000 a 2009) era de US\$54 Milhões, indicando que embora os dados variam muito de um ano para outro, o movimento ao passar dos anos foi de uma redução nos valores recebidos das exportações, indicando uma redução na demanda externa pelos produtos produzidos no município. A tabela 13 trabalhara a questão da exportação mais detalhadamente, trazendo para o ano de 2023 os principais produtos exportados, e os valores obtidos dessa negociação.

Tabela 13 - Principais produtos exportados de Cocal do Sul em 2023

Produtos - Classificação SH4	Valores (US\$ Mil)	Composição
Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte	32.105	90,62%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes; Construções Pré	1.313	3,71%
Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	670	1,89%
Pigmentos, opacificantes e cores preparados, composições vitrificáveis, engobos, esmaltes metálicos líquidos e preparações semelhantes, dos tipos utilizados nas indústrias da cerâmica, do esmalte e do vidro; fritas de vidro e outros vidros, em pó, em grân	591	1,67%
Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas (incluídos os pós e pastas); máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólidos	257	0,73%
Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações em que a navegação é acessória da função principal; docas flutuantes; plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	95	0,27%
Outros	397	1,12%
Total	35.429	100,00%

Fonte: Comex Stat (2024).

A tabela 13 traz os dados referentes à exportação descrevendo quais os produtos que mais geraram reservas para as empresas de Cocal do Sul no ano de 2023. Assim como na tabela 12 acima da exportação total anual, os dados aqui trazidos estão em moeda dólar americanos (Mil) e a preços de FOB (Free on Board). A descrição dos produtos foi coletada com base no Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias (SH), desenvolvido pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA), cujo principal objetivo é definir uma nomenclatura internacional dos produtos, a fim de integrar e facilitar o comércio exterior

(FAZCOMEX, 2024). Para a consulta foi utilizado à classificação do SH-4, sendo o filtro de pesquisa disponível que traz o maior detalhamento das informações. Para o ano de 2023, com mais de 90% do total das exportações no período o produto mais comercializado foram Ladrilhos e placas (lajes) de cerâmica, demonstrando a predominância que o setor cerâmico tem no município, movimento que se repete pelo menos desde 1997, onde se iniciou a base de dados do Comex (2024) para o município. O segundo item são os Móveis (móveis, colchões, almofadas e etc.) com US\$1,3 Milhões (3,71%) seguidos por centrifugadores industriais (1,89%) e esmaltes para indústria cerâmica (1,67%) e máquinas e aparelhos para uso em mineração (0,73%). Entre os países que mais importaram produtos sul cocalenses em 2023 estão em primeiro lugar Estados Unidos (US\$10 Milhões), seguidos por Paraguai (US\$5,9 Milhões), Argentina (US\$3,8 Milhões), Uruguai (US\$3,1 Milhões) e Reino Unido (US\$2,9 Milhões).

Tabela 14 - Número de empregos formais por grande setor IBGE para Cocal do Sul (1995-2022)

Ano	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros	Total
1995	1.949	36	146	785	18	1	2.935
2000	1.683	66	261	425	14		2.449
2005	2.472	57	404	740	25		3.698
2010	3.017	63	658	812	15		4.565
2011	3.122	95	771	900	15		4.903
2012	2.864	115	778	888	15		4.660
2013	2.868	117	828	926	17		4.756
2014	3.050	102	882	999	18		5.051
2015	3.217	126	759	980	18		5.100
2016	3.108	120	771	1.017	16		5.032
2017	3.122	137	778	997	19		5.053
2018	3.174	113	778	1.034	15		5.114
2019	3.422	167	768	1.070	14		5.441
2020	3.352	140	810	1.021	15		5.338
2021	3.597	124	857	1.146	18		5.742
2022	3.634	149	833	1.248	20	4	5.888

Fonte: MTE - RAIS (1995-2022).

A tabela 14 demonstra os dados dos números de empregos formais no município de Cocal do Sul para o período de 1995 a 2022. IBGE (2024) define

empregos formais como empregados com carteira assinada, sócios e proprietários de empresas que trabalham nas mesmas, domésticos, militares e funcionários públicos estatutários. Os dados foram obtidos na base de dados do RAIS do Ministério do Trabalho, coletando informações com base nos 5 grandes setores do IBGE. Conforme a tabela 14 os números de empregos formais vieram crescendo ao longo dos anos em Cocal do Sul, passando de 2.935 em 1995 para 5.888 o número de empregos formais observado, crescimento de mais de 100% no período e 2,5% de crescimento ao ano. Em 1995 a população Cocalense era de 12.890 habitantes (IBGE,2000) e 2.935 empregos formais, perfazendo uma taxa de emprego formal de 22,77%, já para 2022, a taxa encontrada foi de 34,15%, indicando o crescimento de empregos formais no município. O destaque se dá ao setor industrial por concentrar a maior parte dos empregos formais no município, crescendo dos 1949 empregos em 1995 (66,41% do total) para os atuais 3.634 empregos em 2022 (61,72% do total). Embora o setor ainda represente mais da metade dos números empregos, chegando até mesmo 72,11% do total em 1998, a indústria vem perdendo um pouco da representatividade, devido ao crescimento dos outros setores. Em segundo lugar vem os Serviços, com 1.248 postos de trabalho e 21,20% do total em 2022, crescimento de 58,98% em comparação a 1995, com 785 postos de trabalho. Em terceiro lugar Comércio, com 833 empregos formais representando 14,15% do total em 2022, crescimento de 470% em comparação aos 146 empregos de 1995. Em quarto lugar a Construção, que para o ano de 2022 apresentou 149 postos de trabalho e representava 2,53% do total, crescimento de 313% em comparação a 1995 com seus 36 postos de trabalho. O destaque negativo ficou para o setor agropecuário, que praticamente não apresentou crescimento, saindo dos 18 empregos em 1995 para os atuais 20 empregos em 2022, representando 0,34% do total de empregos formais em 2022. Dentro dos números de empregos, mais informações podem ser extraídas, com o objetivo de melhor exemplificar as relações de trabalho e a realidade econômica do município, com base nisto, a tabela 15 destacada abaixo mostrara o número de emprego para 2022 por atividade segundo a classificação CNAE 2.0 Subclasse.

Tabela 15 - Número de empregos de Cocal do Sul segundo CNAE 2.0

CNAE 2.0 Subclasse	Estoque % do total	
Fabricação de Azulejos e Pisos	1.748	29,69%
Administração Pública em Geral	546	9,27%
Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional	144	2,45%
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	136	2,31%
Facção de Peças do Vestuário, Exceto Roupas íntimas	125	2,12%
Abate de Aves	109	1,85%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente, Peças e Acessórios	102	1,73%
Outros	2.978	50,58%

Fonte: MTE - RAIS (2022).

A tabela 15 apresenta as principais atividades produtivas exercidas no âmbito municipal para o ano de 2022 segundo a classificação CNAE 2.0 subclasses. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional, utilizado para identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica (IBGE, 2007). O CNAE versão 2.0 é resultado da revisão implantada em 2007, e está estruturada em cinco níveis hierárquicos: seção, divisão, grupo, classe e subclasse, sendo o último o que traz maior detalhamento por atividade. Para o ano de 2022 quase 30% dos empregos formais totais estavam concentrados na atividade de Fabricação de pisos e azulejos, demonstrando mais uma vez a importância desse setor para economia do município. Em segundo lugar, com 546 empregos e com 9,27% do total vem à administração pública em geral, demonstrando o papel público não apenas na gestão dos recursos, mas também na sua distribuição. Em terceiro lugar Transportes rodoviários de cargas com 144 empregos e 2,45% do total, atividade desempenhadas principalmente por caminhões e carretas caçambas de transportes

de matéria prima para as cerâmicas. Em seguida vem o Comércio com 136 empregos e 2,31% do total, Fação de peças do vestuário (125 e 2,12%), Abate de aves (109 e 1,85%) e Fabricação de máquinas e equipamentos em geral (102 e 1,73%).

Tabela 16 - Número de empregos por renda média mensal em salários-mínimos (1995-2022)

Faixa Remun.	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2010	2005	2000	1995
Até 0,50	22	28	44	30	14	13	15	8	8	6	1	0
0,51 a 1,00	220	221	252	167	173	131	85	73	90	94	63	76
1,01 a 1,50	907	1.080	1.055	944	924	1.001	924	889	1.026	364	183	208
1,51 a 2,00	1.186	1.239	1.096	1.310	1.129	1.010	1.127	1.036	955	698	279	111
2,01 a 3,00	1.551	1.494	1.395	1.508	1.433	1.456	1.431	1.525	1.248	1.031	517	440
3,01 a 4,00	805	727	607	631	589	584	555	608	429	588	518	469
4,01 a 5,00	280	296	259	263	261	246	253	256	187	263	278	423
5,01 a 7,00	403	336	294	280	293	279	293	307	289	228	197	428
7,01 a 10,00	138	111	109	116	124	124	116	135	111	208	177	308
10,01 a 15,00	86	62	55	60	57	63	73	77	59	75	112	270
15,01 a 20,00	23	14	14	11	11	14	15	24	33	32	34	72
Mais de 20,00	49	27	23	19	22	20	23	27	42	52	79	122
{ñ class}	218	107	135	102	84	112	122	135	88	59	11	8
Total	5.888	5.742	5.338	5.441	5.114	5.053	5.032	5.100	4.565	3.698	2.449	2.935

Fonte: MTE - RAIS (2022).

Na tabela 16 é analisada a remuneração média mensal total dos trabalhadores formais e a distribuição por faixa de rendimento em salários-mínimos, conforme o valor do salário-mínimo vigente no ano de referência. Foi escolhido o período de 1995 até 2022 para comparação, com intervalo de 5 em 5 anos de 1995 a 2015, e 2015 a 2022 com todos os períodos, permitindo a evolução da remuneração mais antiga e mais atual, e evolução nos últimos anos. Para o ano de 1995 cerca de 60% da população se enquadrava nas faixas de 2 a 7 salários-mínimos, sendo o maior número 469 empregos na faixa dos 3,01 a 4,00 salários. Para o ano 2000, 65% dos empregos concentravam-se na faixa dos 1,51 a 5,00 salários, com o pico de 518 empregos também na faixa dos 3,01 a 4,00 salários. 2005 a concentração foi de 73% dos empregos na faixa dos 1,01 a 4,00 salários, com pico em 2,01 a 3,00 salários (1.031 empregos). Para 2010 80% de todos os empregos formais também se concentravam na faixa dos 1,01 a 4,00 salários, e pico

igualmente nos 2,01 a 3,00 salários (1.248 empregos). Em 2015 os resultados são praticamente iguais a 2010, 80% dos empregos concentrados na faixa dos 1,01 a 4,00 salários, e pico nos 2,01 a 3,00 salários (1.525 empregos). Concluindo no ano de 2022 resultando semelhante a 2015, 2010 e 2015 sendo cerca de 76% da população concentrada na faixa dos 1,01 a 4,00 salários, e o maior resultado do período na faixa dos 2,01 a 3,00 salários-mínimos, com 1.551 registros (26,35% do total). Conclui-se que a realidade de 2005 até atualmente (2022) pouco se mudou, sendo a maior parte dos trabalhadores recebendo entre 1,01 e 4,00 salários-mínimos, concentrando-se a maior parte na remuneração de 2,01 a 3,00 salários. Porém nota-se uma queda na remuneração comparando os anos mais atuais a 2000 e 1995, onde a concentração de renda era feita em faixas maiores. Outro importante indicador salarial a ser analisado é a remuneração por setor, indicando quais os setores que mais remuneram ao trabalhador. A tabela 17 descreve a remuneração média mensal em termos nominais e em salários-mínimos dos trabalhadores por setor segundo a divisão grande setores do IBGE.

Tabela 17 - Remuneração média mensal por grandes setores IBGE (2002-2012)

Ano	2022		2018		2010		2002	
Remuneração	Rem. Média Nom.	Rem. Média (SM)	Rem. Média Nom.	Rem. Média (SM)	Rem. Média Nom.	Rem. Média (SM)	Rem. Média Nom.	Rem. Média (SM)
Indústria	R\$ 3.946,29	3,16	R\$ 3.001,44	3,14	R\$ 1.764,23	3,45	R\$ 949,43	4,86
Construção*	R\$ 5.168,53*	4,26*	R\$ 1.851,26	1,93	R\$ 846,29	1,65	R\$ 344,21	1,74
Comércio	R\$ 2.228,92	1,83	R\$ 1.749,91	1,83	R\$ 949,15	1,85	R\$ 425,84	2,16
Serviços	R\$ 3.707,68	2,91	R\$ 2.390,96	2,50	R\$ 1.257,08	2,46	R\$ 759,72	3,87
Agropecuária	R\$ 2.048,66	1,69	R\$ 1.886,11	1,97	R\$ 777,79	1,52	R\$ 708,55	3,62

Nota: Discrepância nos valores da Construção para 2022 em relação aos anos anteriores: 2021 (R\$2.104), 2020 (R\$1.986), 2019 (R\$2.025).

Fonte: MTE - RAIS (2022).

Na tabela 17, analisa-se a média na remuneração mensal a preços correntes dos trabalhadores formais no período de 2002 A 2022 (intervalo de 8 anos) para o município de Cocal do Sul. Foram analisadas a remuneração média nominal e remuneração média em salários-mínimos por trabalhador segundo a grande divisão setorial do IBGE. Seguindo a ordem dos setores com maior número de empregos, o primeiro setor a ser analisado é o industrial, por ser o setor de maior concentração

no nº de empregos. Para 2022 a remuneração média obtida deste setor foi de R\$3.946,29 indicando um crescimento de aproximadamente 316% frente à remuneração de R\$949,43 em 2002, embora o valor tenha mais que triplicado, em termos de salários-mínimos houve redução, saindo dos 4,86 em 2002 para os 3,16 salários em 2022. Em segundo o setor de Serviços, com crescimento de 388%, saindo da remuneração de R\$759,72 em 2002 para os R\$3.707,68 em 2022, porém redução em salários-mínimos, de 3,87 em 2002 para 2,91 em 2022. Em seguida o Comércio crescendo 423% saindo dos R\$425,84 em 2002 para R\$2.228,92 em 2022, porém igual redução em salários-mínimos, caindo de 2,16 para os atuais 1,83 salários. O quarto setor é o de Construção crescendo 1.401% saindo da média de remuneração de R\$344,21 em 2002 para os R\$5.168,53 em 2022, porém cabe aqui a observação de que esse setor para os anos de 2021, 2020 e 2019 apresentou remuneração média de R\$2.104 R\$1.986 e R\$2.025 sendo esta última observada em 2022 atípica aos anos anteriores. Considerando a remuneração de 2021 para a construção, o crescimento em relação ao ano inicial foi de 511%, sendo o setor que mais cresceu. Por último a Agropecuária registrando crescimento de 189%, avançando a sua remuneração de R\$708,55 em 2002 para R\$2.048,66 em 2022, porém reduzindo de 3,62 salários-mínimos em 2002 para 1,69 em 2022.

Desconsiderando a remuneração atípica do setor de Construção apresentando em 2022, e considerando os valores de remuneração média mensal de R\$2.104,00 e 2,1 salários mínimos obtidos em 2021, verifica-se um crescimento na remuneração nominal em todos os setores, em destaque para Construção (511%) e Comércio (423%) que apresentaram maior crescimento, porém, em termos de salários mínimos, somente o setor de construção apresentou um avanço, saindo dos 1,74 em 2002 para 2,1 em 2021, já os demais setores não cresceram em igual proporção em termos de salários mínimos. Para o ano de 2022, a média de remuneração do Estado de Santa Catarina (RAIS, 2022) ficou a seguinte: Indústria (R\$3.505,00), Construção (R\$3.530,00), Comércio (R\$2.813,00), Serviços (R\$4.564,00) e agropecuária (R\$2.236,00), sendo assim, Cocal do Sul ficou a frente da média nos setores de Indústria e Construção e perdendo nos outros setores na comparação para o ano de 2022.

4 CONCLUSÃO

Diante dos objetivos traçados para esta pesquisa, foi possível realizar a análise dos indicadores socioeconômicos do Município de Cocal do Sul entre o período de 1990 a 2022 e verificar quais os setores que mais contribuíram para o desenvolvimento do município. Como Assaf Netto (2006) ressalta, a análise do processo de desenvolvimento trata-se de um processo complexo já que a conclusão definitiva envolve a junção de vários fatores.

Com base nos resultados obtidos foi possível destacar uma evolução no desenvolvimento socioeconômico apresentado no município, já que com base nos seus principais indicadores houve crescimento. No que tange a análise demográfica da cidade houve um crescimento populacional somando a uma população economicamente ativa de 59%, indicando que o fator velhice não é um problema a ser enfrentado atualmente. No ano de 2022, mais de 99% das residências contam com rede de abastecimento de água e coleta de lixo, no entanto o desafio desta área fica com a rede de esgoto, atendendo apenas 65% da população.

O IDH e índice de Gini, principais indicadores de desenvolvimento e concentração de renda, apontaram crescimento significativo entre os anos de 1991 a 2010. No mesmo sentido foi a evolução demonstrada pelo IDMS entre os anos de 2012 a 2020, sendo o indicador mais completo para esta análise. No entanto, o IDMS aponta alguns desafios que precisam ser corrigidos, destacando o investimento em planos de cultura, acesso a rede de esgoto, preservação ambiental e participação da população nos pleitos eleitorais. No tópico de educação houve redução na taxa de analfabetismo e melhoria na qualidade educacional (Ideb). Em relação a saúde destaca-se a boa infraestrutura de atendimento, porém é necessário voltar a atenção em relação ao crescente número de óbitos totais ocasionados principalmente por doenças do sistema circulatório e neoplasias.

Ao se tratar da estrutura socioeconômica, o movimento verificado foi de crescimento do PIB e PIB per capita, influenciado principalmente pelo crescimento de 741% registrado pelo setor industrial. Além disso foi registrado aumento no número de empregos formais. O destaque negativo ficou em relação a diminuição dos valores recebidos na exportação, assim como na diminuição da remuneração

dos trabalhadores que embora tenha apresentado crescimento nominal, em termos de salários-mínimos houve redução na proporção.

No comparativo dos dados do município em relação ao estado e ao país, o crescimento observado em Cocal do Sul foi maior do que a média estadual e nacional. Com base na pontuação do IDHM de 2010, Cocal do Sul classificou-se como o 30º município entre os melhores do estado e entre os 128º em todo o Brasil. Em relação ao IDMS para o ano de 2020 ficou na segunda posição entre os municípios da AMREC e 23ª posição entre os municípios catarinenses. O índice de Gini apresenta diferença de -0,12 e -0,23 quando comparado ao estado e país, respectivamente. O crescimento do PIB também foi maior quando comparado a Santa Catarina e Brasil. No entanto, Santa Catarina apresenta remuneração média nominal superior a Cocal, sendo este um problema a ser enfrentado pelo município, além da taxa de mortalidade infantil, em certos períodos ser superior à média estadual e nacional.

Com mais de 43% do valor adicionado bruto e cerca de 36% do PIB total em 2021, o setor industrial é o setor que mais contribui em geração de riqueza para o município, além de ser o que mais emprega, com 61,7% do número de empregos formais para 2022. O destaque sem dúvida é para o setor cerâmico, ao qual segundo membros da política Sul Cocalense, a cerâmica foi e continua sendo o motor econômico do município.

É necessário a realização de futuros estudos e aprofundamento na avaliação do desenvolvimento do município. Políticas públicas devem ser implementadas para superar as dificuldades, como investimento em redes de esgoto e preservação ambiental, fortalecimento da economia e campanhas de conscientização e atenção à saúde. Como sugestão, fica a necessidade de realizar o mesmo estudo para outras regiões, assim como a revisão dos dados conforme novas publicações.

Foram encontradas dificuldades para obter dados de períodos mais recentes para o âmbito municipal, devido lentidão na revisão e disponibilização dos dados por parte dos órgãos competentes, como por exemplo IDH, inviabilizando assim o comparativo entre o último censo e o atual, impossibilitando a verificação dos problemas causados pela covid.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre Nascimento de; SILVA, João Carlos Garzel Leodoro da; ANGELO, Humberto. **Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, v. 9, n. 1, p. 146-162, jan.-mar. 2013. Recebido em: 28 jun. 2011. Aceito em: 31 maio 2012

ALMEIDA, Paula Monteiro de. **O Índice de Desenvolvimento Humano e a Teoria de Desenvolvimento de Amartya Sen**. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2011;

Alves, S. F., Barreto, A. A., Rodrigues, P. C. H., & Feliciano, V. M. D. **Indicadores de sustentabilidade para institutos de pesquisa e inovação da área nuclear**. Brazilian Journal of Radiation Sciences, 4(1), 1-21, 2016;

ANFACER - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres. **Números do Setor Cerâmico**. São Paulo, SP: ANFACER, 2023. Disponível em: <<https://www.anfacer.org.br/setor-ceramico/numeros-do-setor>>. Acesso em: 15 dez. 2023;

ANTONIAZZI, Elisiane A.; RAIHER, Augusta Pelinski. **Crescimento econômico e desenvolvimento: uma análise acerca da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro**. Monografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>. Acesso em: 10 de mar 2024;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências elaboração. Rio de Janeiro, 2002;

Atlas Brasil; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 15 de abril de 2024;

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil. **Índice de Gini e taxa de pobreza**. Brasil, 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso em: 21 de abril de 2024;

Portal QEdu; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/4204251-cocal-do-sul/ideb>>. Acesso em: 14 de abril de 2024;

BRZOZOWSKI, Jan. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 173-188, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6JmxFzPTBpzgcQkV3dGh9CF/>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CONTE, Fernanda. **Migrações - O Homem em Busca do Lugar Ideal**. Revista Faz Ciência, v. 6, n. 1, 2004, pp. 305-317. UNIOESTE. ISSN 1677-0439;

FALCIROLI, Maíra Secomandi. **Evolução do Emprego Formal e a Relação com a Composição Setorial do PIB Municipal em Períodos de Retração Econômica: Um Estudo nas Cidades Paranaenses entre 2015 e 2019**. Londrina: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2019;

FALCIROLI, Maíra Secomandi; RAMBALDUCCI, Marcos J. G.; BORSSOI, Joelmir André. **Evolução do emprego formal e a relação com a composição setorial do PIB municipal em períodos de retração econômica**. Londrina. UTFPR, 2020. Disponível em: <

cdn.com/uploads/3673176/normal_5ee8b38d8b05c.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024;

Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM). **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)**. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2024/codMunicipio/68>>. Acesso em: 21 de abril de 2024;

FERRARI, Monia de Melo. **A Migração Nordestina para São Paulo no Segundo Governo Vargas (1951-1954) - Seca e Desigualdades Regionais**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2005;

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio**, 7.^a ed., Curitiba: Positivo, 2008;

Furtado, Celso. **A economia latino-americana**, São Paulo: Companhia das Letras, ([1976] 2007);

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Edição revista pelo autor de Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar);

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007;

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 maio. 2024;

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010;

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6520019.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2024;

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e Desenvolvimento. Porto: Fronteira do Caos**, 2009;

GOTTARDI, Ana Paula Pellegrino. **De porto a porto: o eldorado brasileiro na percepção dos imigrantes haitianos em Porto Velho-RO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7229>>. Acesso em: 23 mar. 2024;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2010, 2000 e 1991: Características da População e dos Domicílios**. Governo Brasileiro. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503>>. Acesso em: 18 de abril de 2024;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico: Características da População e dos Domicílios**. Governo Brasileiro. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 19 de abril de 2024;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Portal Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>. Acesso em: 22 mar. 2024;

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Entendendo o Índice de Gini**. Fortaleza,

CE: IPECE, 2015. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. 2024, Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em: 15 mar. 2024;

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **O Brasil em 4 décadas**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2024;

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun., 2005. Disponível em: < <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2024;

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3.ed. Campinas:Alínea,2004. P.13-36;

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004. P. 13-36;

LEITE, Marcos Vinicius Chiliatto; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. **Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento: uma análise sem lei de Say**. 2011. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-450544e1c6829dd123097f2b9f164074>. Acesso em: 05 mar. 2024;

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. **Indicadores econômicos**.FAE Business School. Economia empresarial. Curitiba: Associação Franciscana de

Ensino Senhor Bom Jesus, p. 27-41, 2002;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010;

Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS). **Taxa de Mortalidade Total e Infantil**. Brasil, 2022. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/inf10sc.def>>. Acesso em: 13 de abril de 2024;

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Exportação de bens de propriedade de residentes no país medidos em dólares americanos (FOB)**. Base de dados Comex Stat. Brasil, 2023. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 11 de abril de 2024;

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). **Empregos formais, faixa salarial e empregos por setor**. Brasil, 2024. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 26 de abril de 2024;

MOLDAU, Juan Herstajn. **Os fundamentos microeconômicos dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico**. Revista de Economia Política, v. 18, n. 3(71), p.70-83, jul./set., 1998. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/71-5.pdf>>. Acesso em: 05 abr 2024;

NASCIMENTO, Luis Felipe. **A qualidade ambiental em empresas dos setores primário, secundário e terciário no Sul do Brasil - um estudo de três casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2001;

NISHI, Lisandro Fin. **Coeficiente de Gini: uma medida de distribuição de renda**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, Escola Superior de Administração e Gerência, Departamento de Ciências Econômicas,

2010. Disponível em:
<https://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/63/apostila_gini.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023;

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. Handbuch der Dritten Welt. **Grundprobleme, Theorien, Strategien**. Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993;

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de; REICHSTUL, Henri-Philippe. **Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil**. 168 p. 1973;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015;

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório sobre Migração Mundial 2022**. Genebra, Suíça, 2022. Disponível em: <<https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/>>. Acesso em: 27 mar. 2024;

PEREIRA, Marcílio Zanelli. **Interação do Setor de Serviços com os Demais Setores da Economia: Uma Análise de Insumo-Produto (2000-2005)**. Juiz de Fora: Universidade de Juiz de Fora, fevereiro de 2012;

PINTO, Daniela Gomes *et al.* **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: Pnud Brasil, 2013. 96 p. Disponível em: [file:///C:/Users/pamel/Downloads/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pamel/Downloads/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro%20(1).pdf). Acesso em: 02 nov. 2022;

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Sobre o PNUD**. 2024. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil>>. Acesso em: 14 maio 2024;

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultura, 1996;

RICHARSON, Roberto J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999;

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2016. 2033 p;

SIEDENBERG, DieterRugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí: Editora Unijuí, ano 1, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003;

SILVA, Alexandre Antonio Bruno da; CARVALHO, Anna Luisa Barbosa Dias de. **Salários: aspectos econômicos considerados para a sua determinação**. Revista Opinião Jurídica, n. 9, 2007;

Silva, J. O., Rocha, I., Wienhage, P., &Rausch, R. B. (2009). **Gestão ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Revista de Gestão Social Ambiental, 3(3), 56-71;

TASHAKKORI, Abbas; CRESWELL, John W. Editorial: **ExploringtheNatureofResearchQuestions in MixedMethodsResearch**. JournalofMixedMethodsResearch, v. 1, n. 3, p. 207-211, 2007;

TEIXEIRA, E. Políticas Públicas. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>;

THE ECONOMIST. **Guia dos Indicadores Econômicos: Para entender a Economia**. Livro 1. Lisboa: Editorial Caminho, 1992;

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Desenvolvimento Socioeconômico**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, agosto de 2017.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. CNDRS, MDA, NEAD. Texto para Discussão n° 01. Brasília, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, v.15 n.43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf> Acesso em: 20 mai. 2024.